

FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DENILSON NOSSA SANT'ANA

**IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DA
EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL DA
BAHIA**

São Mateus
2015

DENILSON NOSSA SANT'ANA

**IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DA EMPRESA
SUZANO PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

Dissertação submetida à coordenação do curso de pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional – área de concentração: Desenvolvimento Regional e Ação Social.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva

São Mateus
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

S231i

SANT'ANA, Denilson Nossa

Impacto da responsabilidade social e ambiental da empresa Suzano papel e celulose no extremo sul da Bahia – Denilson Nossa Sant'ana. São Mateus, 2015.

99f.: il.

Dissertação – Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional – Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus, ES, 2015.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva

1. Responsabilidade Social 2. Extremo Sul da Bahia 3. Suzano Papel e Celulose I. Título

CDD: 333.707

DENILSON NOSSA SANT`ANA

**IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DA
EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL
DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 13 de Março de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. JOSE GERALDO FERREIRA DA SILVA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.ª Dr.ª. JOSETE PERTEL
Faculdade Multivix São Mateus

*“Bem aventurado o varão
Que não anda segundo o conselho dos
ímpios
Nem se detém no caminho dos pecadores
Nem se assenta na roda dos
escarnecedores
Antes tem o seu prazer na lei do Senhor
E nela medita de dia e de noite
Pois será como árvore plantada junto a
ribeiros de águas
A qual dá seu fruto na estação própria
E cujas folhas não caem
E tudo que fizer prosperará...”*

(Salmo 1, Bíblia Sagrada)

Dedicatória

Ao Deus único e digno de louvores e adoração, que permitiu que mais um filho pudesse alcançar etapas de conhecimento, ultrapassando barreiras e suprindo com amor, carinho e proteção todo o percurso dessa tese. Que nunca me deixou desistir dos meus sonhos; que me guardou nas inúmeras viagens de ida e volta do extremo sul da Bahia até a cidade de São Mateus – ES.

A meu amado pai (In Memoriam) que sempre acreditou nos filhos se dedicando sem limites para dar o melhor de si. Que perseverou e foi incansável na luta para criar os filhos com base e princípios familiares e com respeito ao próximo.

A minha amada mãe (In Memoriam) por me proporcionar momentos felizes durante sua curta jornada nessa terra, que com seu jeito meigo de ser, sempre estendia a mão para ajudar o próximo. Que me ensinou a perseverar e a superar as dificuldades que a vida nos traz. Que sempre foi amorosa e otimista em todos os momentos.

A minha avó Clarice (In Memoriam) por me ensinar desde pequeno que o caminho de Deus é único e perfeito e que seus ensinamentos são eternos.

A minha família amada (esposa e filhos) por serem meu suporte e minha razão de viver durante todos esses anos juntos. Que suportaram minha ausência nos diversos momentos da minha vida estudantil ou profissional e que suportaram também meus momentos de stress sem se afastarem de mim. Que sempre estiveram presentes me incentivando a vencer os obstáculos e a caminhar como família nos braços de Deus.

A meu orientador por sua competência e paciência durante toda nossa jornada e na estruturação e conclusão dessa tese, onde me proporcionou aumentar mais minha visão e conhecimento sendo preciso nas tratativas e direcionamentos.

Ao quadro de doutores e membros da Instituição Vale do Cricaré pela coragem e competência em desenvolver um projeto que proporcionasse o avanço cultural e educacional de pessoas de diferentes estados da União.

A empresa Suzano Papel e Celulose pela autorização para o desenvolvimento desse trabalho, através do fornecimento de dados e arquivos, que permitiram que a responsabilidade social praticada pela empresa pudesse ser o tema dessa tese.

A universidade UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e UNEB (Universidade estadual da Bahia), e às faculdades FASB (Faculdade do Sul da Bahia) e Pitágoras pelo auxílio de material específico para a conclusão dessa tese.

A todas as pessoas que com incentivo e orações me ajudaram a chegar a este estágio de formação educacional e cultural.

RESUMO

SANT'ANA, Denilson Nossa. **Impacto da responsabilidade social e ambiental da empresa Suzano Papel e Celulose no Extremo Sul da Bahia**. 2015. 98f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento Regional e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

O cenário do mundo contemporâneo se torna cada vez mais competitivo em todos os setores, principalmente no setor industrial. O desenvolvimento socioeconômico precisa estar em sintonia com as atividades internas e externas das empresas. O relacionamento das empresas com os stakeholders torna-se primordial para a manutenção e crescimento da imagem da empresa. A prática da responsabilidade social pela empresa através de um programa estruturado e com monitoramento dos resultados visando um desenvolvimento sustentável passa a ser uma obrigação da organização. Este trabalho demonstra a evolução do eucalipto no extremo sul da Bahia após a era do desmatamento, e descreve o conceito, evolução e a relevância da responsabilidade social, e tem como finalidade mostrar e identificar a prática da responsabilidade social pela empresa Suzano Papel e Celulose através dos programas e projetos sociais desenvolvidos dentro da cadeia produtiva e nas comunidades. A metodologia utilizada contempla mensurar a prática da responsabilidade social através dos indicadores, identificar a contribuição da empresa para a evolução do índice de desenvolvimento humano municipal, demonstrar através de questionário a sustentabilidade local pelo índice de desenvolvimento social das comunidades os projetos de responsabilidade social praticados pela empresa para o desenvolvimento social nas comunidades sob sua área de influência. Dentro dessa ótica, toda estrutura do trabalho se desenvolveu através dos resultados da responsabilidade social desenvolvida e praticada pela empresa nas comunidades sob sua área de atuação, através da pontuação e dos indicadores do Instituto Ethos e sua contribuição relativa ao Índice de desenvolvimento da educação básica e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Estabeleceu-se um confronto relativo à evolução do índice de desenvolvimento humano municipal com o índice de desenvolvimento social das comunidades para se inferir se as variáveis de renda, saúde e educação tem ocorrido nas comunidades. Pode-se inferir que o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na região do Extremo Sul da Bahia tem influência positiva dos projetos de responsabilidade social praticados pela empresa Suzano Papel e Celulose, e que é necessário centrar esforços em projetos sociais relativos ao saneamento básico nas comunidades sob a área de atuação da empresa. Portanto, toda prática da responsabilidade social da empresa na busca da sustentabilidade e crescimento das comunidades locais se traduz em um legado e um marco a ser seguido.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social. Extremo Sul da Bahia. Suzano Papel e Celulose.

ABSTRACT

SANT'ANA, Denilson Nossa. **Impact of social responsibility and corporate environmental Suzano Pulp and Paper in the far south of Bahia.** 2015. 98f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento Regional e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

The contemporary world scene becomes increasingly competitive in all sectors, especially in the industrial sector. The socio-economic development needs to be in line with internal and external activities of the companies. The relationship of companies with stakeholders becomes essential for the maintenance and growth of company image. The practice of social responsibility by the company through a structured program and monitoring the results aimed at sustainable development becomes an obligation of the organization. This work shows the evolution of eucalyptus in the south of Bahia after the era of deforestation, and describes the concept, evolution and the importance of social responsibility, and aims to show and identify the practice of social responsibility by Suzano Papel e Celulose through of social programs and projects developed within the supply chain and communities. The methodology used includes measuring the practice of social responsibility through the indicators, identify the company's contribution to the evolution of municipal human development index, and demonstrate through questionnaire local sustainability for social development index communities the social responsibility projects carried out by company for social development in the communities in its area of influence. Within this perspective, the whole structure of the work developed through the results of social responsibility developed and practiced by the company in the communities in their area through the score and the indicators of the Ethos Institute and its relative contribution to basic education development index and the Municipal Human Development Index. Established a confrontation on the evolution of municipal human development index with the social development index communities to infer if the income variables, health and education have occurred in communities. It can be inferred that the growth of Municipal Human Development Index in the extreme south of Bahia has a positive influence of social responsibility projects carried out by Suzano Papel e Celulose, and it is necessary to focus efforts on social projects related to basic sanitation in communities under the company. Therefore, practice area, practice all of the company's social responsibility in the pursuit of sustainability and growth of local communities translates into a legacy and a landmark to follow.

Keywords: Social Responsibility. Extreme South of Bahia. Suzano Papel e Celulose.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expansão da área com eucalipto no Brasil e na região do Extremo Sul da Bahia	26
Tabela 2 – Produção de madeira em tora para papel e celulose (m ³) por município, Bahia, 1991 a 2004	28
Tabela 3 – Área total (ha) plantada com eucalipto pela Suzano Papel e Celulose ...	32
Tabela 4 – Evolução da área plantada com eucalipto no estado da Bahia	32
Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	75
Tabela 6 – Ethos - Performance da Suzano x Grupo Benchmark x Média Banco de Dados Ethos.....	79
Tabela 7 – IDH Municipal e Estadual - Evolução dos municípios - 1991 a 2010.....	80
Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Social das Comunidades Assistidas pela Suzano Papel e Celulose	82

LISTA DE SIGLAS

ABRAF	Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AS8000	Norma Internacional de Avaliação da Responsabilidade Social
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Consultoria Agro Florestal
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDI	Comitê Democratização da Informática e organizações de base popular
CEET	Comissão de Estudos Especiais Temporária
CERFLOR	Certificação Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC	Índice de Desenvolvimento Social das Comunidades
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia
IQA	Índice de Qualidade de Água
ISSO	International Organization for Standardization
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAVC	Florestas de alto valor de conservação
FSC	FSC: Forest Stewardship Council
GEE	GEE: Gases de Efeito Estufa
NBR	NBR: Norma Brasileira
ONU	ONU: Organização das Nações Unidas
OHSAS	Occupational Health and Safety Assessment Series
PDCA	Gestão de Quatro Passos: Planejar, Desenvolver, Verificar e Agir.
PEFC	Programme for the Endorsement of the Forest Certification Schemes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SAI	Social Accountability International

SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SGA	Sistema da Gestão Ambiental
SGSST	Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho
SST	Segurança e Saúde no Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA	18
2. PROCESSOS METODOLÓGICOS	22
3. REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1 A EXPANSÃO DO EUCALIPTO NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	24
3.2 ORIGEM SOCIOLÓGICA E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ..	33
3.2.1 Aspectos conceituais da responsabilidade ambiental	37
3.2.2 Aspectos conceituais da responsabilidade social e corporativa	40
3.3 AS NORMAS DE AUDITORIA, POLÍTICAS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	47
3.4 CARACTERÍSTICA DA EMPRESA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL	55
3.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL SUZANO PAPEL E CELULOSE PELO INSTITUTO ETHOS	57
3.6 INDICADORES SOCIAIS DE MEDIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	67
4. PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS BENEFÍCIOS PARA AS COMUNIDADES DO EXTREMO SUL DA BAHIA	72
4.1 AS POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA.....	72
4.2 PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS.....	73
4.3 RESULTADOS DOS INDICADORES ETHOS DE PERFORMANCE PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL PRATICADA PELA EMPRESA.....	78
4.4 IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS COMUNIDADES SOB A INFLUÊNCIA DA EMPRESA.....	80
4.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES ASSISTIDAS PELA SUZANO PAPEL E CELULOSE	81

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	86
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXO A. Questionário para os indicadores Ethos de Responsabilidade Social.....	98
ANEXO B. Questionário sobre o índice de desenvolvimento das comunidades assistidas pela Suzano Papel e Celulose.....	99

1. INTRODUÇÃO

A expansão do eucalipto trouxe uma nova dinâmica para o crescimento do extremo sul da Bahia. O processo de crescimento econômico após a era do desmatamento inicia-se com o ciclo de reflorestamento centrado em florestas de eucalipto para atender a demanda de uma grande empresa do ramo de celulose e papel.

Fatores como terras boas, condições climáticas, posição geográfica privilegiada, facilidade de escoamento da produção e recursos hídricos, aliados a incentivos fiscais contribuíram para essa expansão em larga escala nos últimos anos. A desigualdade social e a degradação ambiental foram acentuados nas décadas de 70 e 80 durante do desmatamento de matas nativa que iniciou um processo de transformação no cenário local.

O processo da expansão do eucalipto na região, por se tratar de processo de compra de terras desmatadas seguido de plantios, provocou a concentração fundiária, gerando uma diminuição no número de empregados no campo (permanentes e temporários) e do trabalho familiar, transformando-se em um processo de êxodo rural e uma reorganização socioeconômica. Esta nova configuração teve como consequência o aumento da população urbana, que implicou na busca de empregos e novas oportunidades nas cidades, ocasionando um crescimento desordenado das áreas urbanas (IOS, 2005, apud ALMEIDA, et. al. 2008, p.14).

A interface entre transformação da nova rotina da região e a cadeia produtiva após a entrada de empresas do ramo de celulose e papel ganha uma nova expectativa a partir do crescimento da responsabilidade social no cenário mundial. Os stakeholders¹ passam a exigir um novo ambiente de responsabilidades a serem empregados pelas empresas visando diminuir a desigualdade social e a degradação ambiental. As empresas, antes apoiadas em retorno financeiro a seus acionistas e proprietários, e com trabalhos dentro da legalidade exigida pelas leis, passam a ser pressionadas pelos organismos mundiais e a estabelecerem metas efetivas, não

¹ Stakeholders: É uma pessoa ou um grupo que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma empresa.

somente na área produtiva, mas também na área socioambiental, visando sua sustentabilidade.

A responsabilidade social cresce e se estabelece não mais como filantropia ou doações, mas sim como ação social das empresas em benefícios dos stakeholders. Na visão de Karkotli e Aragão (2004) os paradigmas existentes entre a responsabilidade social, o assistencialismo e a filantropia, já foram superadas. Não existe mais limitação para sua atuação, repercussão e acompanhamento pela sociedade, seja ela representada pelos clientes, fornecedores, colaboradores, governos, acionistas, etc. Esta mudança veio como decorrência desse processo globalizado com fluxo intenso de informações e tecnologias onde atos e fatos têm repercussão imediata, inclusive para produzir lucros ou prejuízos.

Nas últimas décadas, as transformações que culminaram com o fortalecimento da responsabilidade social para fora da camada governamental, trouxeram a efetiva participação das empresas nas questões sociais e nos direitos humanos praticados nas comunidades onde atua. Este novo contexto aproximou o cenário industrial do cenário social, possibilitando o crescimento das relações de sustentabilidade. Melo Neto e Froes (2011) destacam que sendo cada vez maior a participação das empresas no mercado, na economia, na política, na cultura e na sociedade de um país, deve ser maior e mais ativo o seu papel de promotora dos direitos humanos nos âmbitos mundial, global, nacional, regional e local.

O mercado mundial organizado começou a estabelecer restrições às empresas quanto à prática da responsabilidade social. Os desafios resultantes dos impactos sociais e ambientais passaram a ter procedimentos e responsabilização através de normas internacionais. Os riscos de terem seus produtos boicotados, perda do poder de mercado e a imagem enfraquecida perante a opinião pública, alterou a rotina das empresas para que o lucro seja menor e trabalhos de reponsabilidade social sejam desenvolvidos interna e externamente pelas empresas, em prol da educação, saúde, qualidade de vida, meio ambiente e cidadania das pessoas, consumidores e comunidades do seu entorno.

O lucro, principal fator limitante dos acionistas para com os stakeholders, na antiga cultura de mercado, começa a ser aplicado pelas organizações em maior escala e os resultados dessa nova postura refletem em novas janelas comerciais para as empresas e o desenvolvimento das comunidades sob a área de atuação da empresa, onde institutos credenciados medem o grau da responsabilidade social praticada pela empresa, estabelecendo o estágio em que se encontra a prática da responsabilidade social pela empresa e sua imagem comercial no mundo. Neste novo contexto, a prática da responsabilidade social torna-se uma ferramenta, mesmo de forma não oficial, aliada na relação das empresas, e se faz refletir nos índices do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das comunidades (IDHM), e na redução da carga tributária.

O Grupo Suzano é uma das mais tradicionais organizações privadas brasileiras, com forte participação na indústria de papel e celulose e outros segmentos do mercado. É líder regional no mercado de papel e a segunda maior produtora de celulose eucalipto do mundo e negócios em mais de 60 países. Sua trajetória começou em 1924 e marca um ciclo de visão apurada e empreendedora de Leon Feffer, seu fundador.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho propõe-se a verificar se após a expansão da cultura do eucalipto no Extremo Sul da Bahia os programas de Responsabilidade Social da empresa Suzano Papel e Celulose trouxeram benefícios que venham contribuir para o desenvolvimento social e sustentável das comunidades do extremo sul da Bahia, que estão sob a área de atuação da empresa.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o conceito, evolução e a relevância da responsabilidade social.
- Identificar e analisar os principais projetos de responsabilidade social empregados pela empresa Suzano Papel e Celulose.
- Identificar a contribuição da empresa para o desenvolvimento das comunidades sob sua área de influência, através dos índices da Tabela do IDSC e IDHM, após a implantação e desenvolvimento dos projetos de responsabilidade social.

1.3 JUSTIFICATIVA

As conquistas sociais no decorrer dos séculos sempre foram pautadas em confrontos com perda de vidas na busca do objetivo final. Com a evolução da sociedade o diálogo passou a ser a ferramenta de consenso e determinação para as conquistas atuais. A responsabilidade social emergiu dessa premissa permitindo que os diversos segmentos da sociedade pudessem dar o um pouco do melhor de si para a construção de um mundo melhor e sustentável. A divisão da responsabilidade e o fechamento do ciclo cooperativo entre o poder público e as entidades privadas estão possibilitando que as empresas sejam mais efetivas no desenvolvimento socioeconômico do meio onde estão inseridas. As comunidade locais que estão no entorno da empresa passam, de certa forma, a fazerem parte do cotidiano da empresa em suas tomadas de decisões.

Os problemas sociais agravaram-se diante das crescentes mudanças econômicas no mundo gerando um passivo deixado pela inércia dos governos federais, estaduais e municipais com a falta de ações voltadas para o desenvolvimento da sociedade. Esta lacuna incompleta passa a exigir esforço conjunto dos stakeholders na busca de um equilíbrio comum sustentável.

Oliveira (2008) destaca que com o passar dos anos, as relações socioeconômicas regionais sofreram transformações substanciais com a chegada dos grandes projetos industriais de produção de papel e celulose implantados no Extremo Sul da

Bahia, associados à contínua expansão de áreas reflorestadas com eucalipto. Com essas transformações, as atividades sócio produtivas foram impactadas, gerando um novo perfil no espaço rural, assim como as especificidades dos grupos sociais pertencentes a este território.

A visão de futuro e os objetivos das empresas que precisam e querem se manter no mercado mundial está diretamente ligado às suas práticas de sustentabilidade. Sua manutenção e crescimento devem obedecer a procedimentos e diretrizes consonantes com a preservação ambiental e a manutenção da qualidade de vida da sociedade. A conscientização deve começar primeiro pela mudança de comportamento das práticas sociais e ambientais da empresa, mesmo que ela possua boas práticas. Os comportamentos internos e externos passam a ser equivalentes na busca, prática e manutenção da responsabilidade ambiental.

Outro fator que se torna um desafio para responsabilidade social praticada pela empresa será a de manter e estabelecer parâmetros socialmente aceitáveis da expansão do eucalipto no extremo sul da Bahia, que atendam à necessidade da produção industrial e gerem preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno, sem que haja o estabelecimento da monocultura do eucalipto.

A partir da identificação da expansão do eucalipto e do crescimento socioeconômico, a pesquisa torna-se importante para verificar como a responsabilidade social exercida pela empresa refletiu e reflete sobre o IDHM da região de influência, haja vista, que em comparação entre o IDH da Bahia, várias cidades sob a influência da empresa apresentam índice de desenvolvimento acima dos valores estabelecidos pelo governo para a região.

A prática da responsabilidade social como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do extremo sul da Bahia sob a área de atuação da empresa demonstra as ações efetivas da empresa, através de programas estratégicos e estruturado para identificar, analisar e monitorar o comportamento socialmente responsável visando contribuir na geração de renda alternativa e

emprego, suprimento da saúde, projetos educativos e profissionalizantes, programas de prevenção de doenças e podendo contribuir para a redução da pobreza, prevenção de doenças e aumento no grau de instrução das pessoas que vivem nessas comunidades.

Conforme Tachizawa (2010), o futuro das organizações nos próximos anos passa a ter mais do que uma ligação direta com seu desempenho na produção de bens ou serviços, ou a seu desempenho econômico-financeiro. Será necessário a busca e implantação da mais avançada e adequada tecnologia; os fornecedores passem a ter condições de fornecimento (prazos, preços e afins), certificações de qualidade e postura social e ambientalmente correta (o selo verde vai depender do insumo); que capital seja próprio ou gerado pelas operações de suas vendas. Que a formação das equipes contemplem profissionais capacitados, diferenciados e comprometidos com os objetivos da organização; e que se atue em consonância com um modelo de negócios que contemple os aspectos da gestão ambiental e responsabilidade social.

Os fundamentos da nova concepção onde está centrada a responsabilidade social se protagoniza com a mudança dos antigos métodos praticados para um cenário de múltiplas ações voltadas para a imagem corporativa sustentável, representada pelo cumprimento das leis e respeito aos valores humanos. As estratégias corporativas saem do papel com uma mentalidade de divisão de tarefas, implantação de gestão ambiental, menores lucros e relações humanas centradas na valorização e aproximação com os stakeholders.

Melo Neto e Froes (2011) revelam que uma das estratégias corporativas é estreitar relações e se aproximar do governo, da sociedade e das entidades atuantes do Terceiro Setor; ou seja, se aproximam e criam afinidade com seus clientes, fornecedores, acionistas e demais parceiros com base no propósito comum em busca de uma sociedade sustentável. A primeira estratégia traz a sociedade civil organizada para exercer uma fiscalização constante sobre as ações das empresas. A segunda estratégia pressiona os governos a exercerem seu poder de fiscalização e controle mais rígido sobre as corporações. Os acionistas e a mídia exigem maior

transparência dos investimentos feitos pelas empresas e se posicionam de maneira mais atenta aos problemas ambientais, sociais e econômicos, reavivando, repercutindo e alimentando os debates sobre os novos rumos da economia mundial. Os clientes, como foco principal, e mais conscientes, tem o poder de decidir, de forma consciente sobre as marcas, produtos e serviços das marcas e a funcionalidades dos produtos e serviços que lhes são ofertados no mercado pelas empresas. Os fornecedores e demais parceiros comerciais se integraram ao processo de gestão sustentável em toda a cadeia produtiva do negócio.

Um fator importante para esse estudo, diz respeito à experiência do autor nesse cenário da responsabilidade social pelos anos vividos dentro de várias fábricas de celulose e papel, foco dessa pesquisa. Logo, acredita-se, que ela pode contribuir, aliada às citações dos autores, para o avanço do conhecimento na área de estudos da responsabilidade social.

2. PROCESSOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica estudando o contexto histórico, conceitual e evolutiva da responsabilidade social e ambiental, conforme Karkotli (2006), Melo Neto e Froes (2001), Ashley (2002), Reis e Medeiros, (2007), Zarpelon (2006) e (Dias (2010)), seguido do estudo de caso sobre a responsabilidade social e ambiental da empresa Suzano Papel e celulose no Extremo Sul da Bahia.

Convém ressaltar que, a empresa que motivou o presente estudo, é a Suzano Papel e Celulose, localizada na cidade de Mucuri no estado da Bahia, classificando a pesquisa como bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e quantitativa. Sendo assim, a pesquisa foi estruturada no primeiro momento, em base de dados como livros, jornais, revistas, teses, artigos científicos visando coleta de dados. A abordagem do desenvolvimento no Extremo Sul da Bahia da década de 80 até o momento atual permitiu analisar e identificar a evolução do eucalipto e a mudança do cenário local durante a implantação dos projetos industriais do ramo de celulose e papel nesta região.

Através dos diversos estudos e pesquisa para a delimitação deste trabalho, determinou-se dentro dos objetivos pela identificação e análise dos principais projetos de responsabilidade social empregados pela empresa Suzano Papel e Celulose através do levantamento documental das políticas de responsabilidade social, saúde e segurança, meio ambiente, qualidade, projetos, relatórios socioambientais, artigos, história, evolução, resultados do impacto socioambiental da empresa e sua contribuição para o desenvolvimento das comunidades sob sua área de influência no Extremo Sul da Bahia.

A nova configuração do mercado tem exercido pressão e forte contribuição para que as empresas desempenhem o seu verdadeiro papel social, ultrapassando os limites da produtividade e o foco no lucro, utilizando normas, procedimentos e diretrizes com visão e atitudes que justifiquem a prática da responsabilidade social e ambiental em suas atividades. Tendo como finalidade melhor fundamentar a prática da responsabilidade social empregada pela empresa Suzano Papel e Celulose, será

discutida a pontuação da empresa, mensurada pelo instituto Ethos, em comparação com as empresas benchmark do setor de celulose e papel do cenário nacional, conforme itens do Anexo A, e comparação com a pontuação média obtida nos bancos de dados Ethos.

Na busca para identificar se a empresa tem contribuído para o desenvolvimento social das comunidades sob sua área de atuação através da implantação de programas e projetos de responsabilidade social, no período entre 20/11/2014 a 24/11/2014 foi realizado um estudo de caso em 7 comunidades sorteadas aleatoriamente (Juerana, Cravilina, KM60, Oliveira Costa, Beira Rio, Bela Vista e Cândido Mariano), as quais são assistidas pela empresa Suzano Papel e celulose, onde 3 comunidades estão localizadas nos municípios de Caravelas, 2 comunidades estão localizadas em Mucuri e as outras 2 comunidades estão localizadas em Nova Viçosa, as quais irão responder um questionário (Anexo B) contendo 11 perguntas relativas à educação, saúde e renda, através de 29 famílias (moradores e lideranças), que foram escolhidas pela disponibilidade em função da impossibilidade de agendamento antecipado, visando avaliar se a mudança do IDHM - PNUD, na condição anterior e atual em relação aos indicadores sociais de renda, educação e saúde se refletem na realidade das comunidades/municípios do Extremo Sul da Bahia com a presença da empresa, destacando-se como têm evoluído estes municípios entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

Os resultados alcançados nesta pesquisa estão classificados por: índice primário, secundário, terciário e quaternário, que estão representados, respectivamente, na condição “muito baixa, baixa, média e alta” na variável saúde, renda e educação. A classificação dos níveis de desenvolvimento social das comunidades foi estipulada através do desempenho que cada índice atingiu na sua etapa. Nesse sentido, pode-se estabelecer como se encontram as comunidades dentro do padrão de desenvolvimento social estimados. Destaca-se que essa metodologia do IDSC não possui banco de dados oficial anterior como referência para o desenvolvimento do processo. Desta forma, toda base de dados avaliativos sobre as comunidades foi construída sobre o questionário, que poderá ser utilizado como referência em pesquisas futuras.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A EXPANSÃO DO EUCALIPTO NO EXTREMO SUL DA BAHIA

O grande legado para o desenvolvimento econômico e social do Extremo Sul da Bahia pode ser atribuído ao eucalipto. Sua chegada na década de 80 trouxe transformações positivas aliadas aos benefícios dos programas do governo para o desenvolvimento da região. Contabilizar esse desenvolvimento possibilita fazer uma série de interpretações e discussões em relação ao eucalipto, sem determinar que o que ele foi o principal responsável pelo desmatamento ocorrido no Extremo Sul da Bahia, haja vista, que a região já apresentava cenário final de desmatamento da floresta nativa em quase toda sua totalidade.

Conforme Oliveira (2008, p. 50), “no governo do Marechal Costa e Silva, no ano de 1967, deu-se a introdução dos plantios de eucaliptos voltados para a produção de celulose, através de grandes incentivos fiscais oferecidos através do Programa Nacional de Celulose e Papel”.

Na escalada do desenvolvimento, na década de 1970 o Governo Federal, dentro do plano de desenvolvimento econômico do País, passou a estimular o plantio de eucalipto no território nacional. Nos anos de 1980, surge na região Extremo-Sul da Bahia as primeiras unidades de produção e empresas, atraídas em função de relevantes fatores locais, especialmente, segundo os estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2002), pelas condições edafoclimáticas, preço da terra, escoamento da produção via porto de Vitória no Espírito Santo e de Ilhéus na Bahia, disponibilidade de mão-de-obra e grandes extensões de terras para implantação dos cultivos de eucalipto (CAR, 1994).

A região nativa e repleta de floresta da Mata Atlântica foi economicamente devastada a partir de 1974 com o surgimento da BR 101, que viabilizou o escoamento da madeira-de-lei contribuindo para o fim da lavoura cacaueteira e da agricultura familiar, tornando a região empobrecida e, anos mais tarde, dependente

da atividade de papel e celulose ali instalada a partir do começo dos anos oitenta (CAJAZEIRAS; BARBIERI; SILVA, 2007).

O reflorestamento com florestas de eucalipto teve aumento em meados dos anos 80. A evolução do eucalipto objetivava suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias do setor de papel e celulose que, a partir dos anos de 1990 se instalaram no território do Extremo Sul da Bahia (OLIVEIRA, 2008).

A conjunção de fatores, como a existência de áreas aptas ao reflorestamento, excelentes condições edafoclimáticas, os incentivos fiscais, além do padrão concorrencial do segmento de papel e celulose, condicionaram-se mutuamente para que o Extremo Sul da Bahia se tornasse uma área privilegiada para a expansão e o desenvolvimento da atividade florestal e da agroindústria de celulose (PEDREIRA, 2004, p.1010).

Para Cajazeiras, Barbieri e Silva (2007), o Extremo Sul da Bahia, por possuir posição privilegiada em relação às condições climáticas ao longo do ano, contribui para a cultura do eucalipto e para a fabricação de celulose em larga escala. Outro fator de favorecimento é sua posição geográfica, com proximidade a portos e a canais rodoviários que viabilizam o escoamento da produção para o exterior e para o sul do país, que são elementos catalisadores de investimento em uma área que vai do sul do Rio Jequitinhonha até a foz do Rio Mucuri.

A região do extremo sul da Bahia é composta por 21 municípios. Os municípios que estão dentro desta composição da área de convivência da empresa Suzano Papel são: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Lagedão, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas. Os municípios dessa região representam 5,6% do território da Bahia (ALMEIDA, et. al. 2008).

Alguns fatores contribuíram para a expansão das atividades silvícolas com fins industriais nesta região. A forte e crescente presença do Brasil no ranking dos maiores exportadores de produtos florestais, com destaque para a celulose, é um dos fatores. Os fatores naturais são um dos atrativos que garantem vantagens competitivas ao País no mercado internacional. Outros fatores como os aspectos de solo, clima e recursos hídricos favoráveis a esta atividade, englobam-se no aporte de políticas públicas de incentivo, o reduzido valor das terras no período de

expansão do eucalipto e a ação de empresas globalizadas com capital associado ao estrangeiro (OLIVEIRA, 2008).

Neste processo de expansão do eucalipto dentro da região do extremo sul da Bahia, (Tabela 1), seu crescimento se estabelece tanto em áreas mais tradicionais como pela incorporação de novas áreas. Os projetos anteriores à expansão do eucalipto para fins da produção da celulose e papel, no início da década de oitenta, tinham como estratégia a geração de carvão vegetal para suprir a demanda das siderurgias, onde nesse consórcio estavam inclusas empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, CAF florestal, a INONIBRÁS e a Plantar Reflorestamento (CAR, 1994). No final da década de 80 a expansão do eucalipto na região do extremo sul da Bahia passa a ter como fonte primária o suprimento para a produção de celulose e papel.

Tabela 1 – Expansão da área com eucalipto no Brasil e na região do Extremo Sul da Bahia (ESB)

Ano	Brasil (ha)	% Crescimento	ESB (ha)	% Crescimento Região / Brasil %
1995	680.000		60.484	8,8
2000	805.379	18,4 ↑	177.000	92,6 ↑
2007	980.000	21,7 ↑	264.800	49,6 ↑

Fonte: Adaptada de Pedreira (2008).

Na Tabela 1, observa-se que no Brasil, no período de doze anos (1995 a 2007), a expansão de área plantada com eucalipto teve um aumento de 22%. Esse efetivo crescimento é fruto do projeto de desenvolvimento do governo que atribuiu incentivos fiscais, através da Lei 5.106 / 66 permitindo a dedução de imposto de renda para investimentos em projetos de reflorestamentos aprovados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IBDF), propiciando a expansão de espécies exóticas, principalmente de pinus e eucalipto visando o crescimento do país (BNDES², 2002).

Ainda observando a Tabela 1, verifica-se que no mesmo período, a região do extremo sul da Bahia teve crescimento de 50% no total de área plantada com eucalipto representado um avanço maior em relação ao país decorrente da implantação de empresas de celulose e papel, o valor baixo das terras e posição geográfica privilegiada para escoamento da produção.

² BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Os plantios de eucalipto foram iniciados com os incentivos fiscais ao reflorestamento, que ocorreram a partir do final dos anos 60 e tiveram grande avanço durante as décadas de 70 e 80. Com a falta de celulose no mercado e aporte dos incentivos governamentais, em especial os financiamentos do BNDES e a isenção de ICMS sobre exportações, a região passou a atrair ainda maiores interesses para o reflorestamento econômico. Com a posterior queda da agricultura tradicional em função, principalmente, de pragas, especialmente na lavoura do cacau e mamão, o uso da terra passou a ter um novo perfil, com a implantação de programas de reflorestamento de grandes maciços de florestas de produção, com as espécies exóticas *Eucalyptus grandis*, *E. urophylla*, os seus híbridos e de outras espécies de eucaliptos (BAIARDI, et. al. 2011, p.63).

Conforme se observa na Tabela 1, em 1995 a região possuía somente 8,8% do total de hectare de área plantada de eucalipto no Brasil, passando para 27% do total destas áreas plantadas no ano de 2007 visando atender a demanda industrial das empresas de celulose e papel. Neste contexto, observa-se que um dos fatores que transformou a região do extremo sul da Bahia em um polo de desenvolvimento e riquezas foi o fato do eucalipto ter rápida e fácil adaptação ao clima e solo, e por ser uma árvore que leva em média sete anos para atingir seu estágio máximo de corte, tendo, portanto, crescimento e retorno mais rápido do que outras espécies.

Na Tabela 2, os municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa possuem maior volume de madeira em tora entre os anos de 1991 a 2004, em decorrência da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose na década de 80, seu start up no ano de 1993 e a entrada em operação, em 2002 da terceira linha de produção da outra empresa de celulose instalada no estado do Espírito Santo. As primeiras plantações de eucalipto se estabeleceram nestas cidades e houve movimento intenso de corte de eucaliptos para suprir a demanda de madeira para a fabricação de celulose neste período.

Tabela 2 - Produção de madeira em tora para papel e celulose (m³) por município, Bahia, 1991 a 2004

Municípios	1991	1994	1996	1998	2000	2002	2003	2004
Alcobaça	75.506	511.605	209.948	1.053.106	1.135.081	609.386	116.546	350.866
Belmonte	-	-	-	-	-	41.591	41.591	4.970
Caravelas	273.673	474.974	536.655	1.872.867	1.487.540	315.032	1.269.125	808.096
Eunápolis	-	-	-	-	-	1.044.890	378.157	52.776
Itabela	-	-	-	-	-	519.656	519.656	-
Itamarajú	-	-	-	-	-	-	-	-
Mucuri	-	11.510	13.262	1.245.806	2.643.836	699.199	886.529	1.518.050
Nova Viçosa	-	614.760	953.620	513.781	462.386	1.327.204	1.678.760	662.609
Porto Seguro	-	-	-	-	-	190.971	190.971	767.182
Prado	-	-	6.431	-	-	-	-	-
Sta Cruz Cabrália	-	-	-	-	-	524.241	524.241	816.544
Teixeira Freitas	-	382	1.218	24.296	19.392	93.387	-	-
Bahia	349.179	1.613.231	1.721.134	4.709.856	5.748.235	5.365.557	5.605.576	4.981.093

Fonte: Adaptada de Almeida, et. al (2008)

Observa-se, ainda, que as cidades de Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália só tiveram intensificado o corte de madeira em tora de eucalipto a partir do ano de 2002 em função da proximidade do **Start Up** segunda empresa do ramo de celulose instalada no extremo sul da Bahia. Com o início da produção de celulose no ano de 2005, essa empresa intensificou seu corte de eucalipto para suprir a demanda da produção fabril, mantendo média de 1.650.000m³/ano entre 2003 a 2004 (Tabela 2).

Verifica-se também, na Tabela 2, que as cidades de Alcobaça (2000 a 2004), Caravelas (2000 a 2002), Mucuri (2000 a 2003) e Nova Viçosa (2003 para 2004) apresentam uma redução substancial na produção de madeira em tora que variam de 80 a 480%. Esta redução deve-se ao fato do ciclo do corte do eucalipto na região ter se esgotado para toras com idade de sete anos, e o ciclo da renovação do plantio e seu crescimento estar em processo, o que remeterá novamente a sete anos para atingir seu estágio final para novo corte.

Entre os anos de 1991 a 2000, as cidades de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas foram responsáveis pela geração de 14.141.635 m³ de madeira em tora para a produção de celulose através de um planejamento crescente ano a ano. Já no período de 2002 a 2004, as mesmas cidades foram responsáveis pela geração de 10.241.402m³, montante que representa 73% do total produzido entre 1991 a 2000, conforme observado nos dados da Tabela 2.

A cidade de Itamarajú, no período de 1991 a 2004 (Tabela 2) não apresenta produção de madeira em tora. Essa condição se justifica pela preferência da manutenção da agricultura tradicional e pela Lei 583/2001, Art. 1º, inciso I, que restringe/ limita o plantio de eucalipto nesta cidade, estabelecendo que a cultura do eucalipto não deve ultrapassar 5% da área total da propriedade. Destaca também no Art. 1º, II, que o florestamento com eucaliptocultura ou outras essências florestais exóticas, não poderá substituir culturas agrícolas alimentícias, nem mesmo a título de aproveitamento de áreas onde antes existiu outra cultura, rotativa ou permanente (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJÚ, 2001).

A cidade de Teixeira de Freitas, por sua grande extensão territorial apresenta pequeno volume de madeira em tora para suprir a demanda das empresas. Nota-se que o principal motivo deste modesto volume está na concorrência do eucalipto com as atividades tradicionais da agricultura (mamão, cana de açúcar, melancia, café, mandioca, e outras) e da agropecuária. A cidade de Prado apresenta uma discreta evolução na produção de madeira em tora pela logística, questões ambientais e reservas indígenas no seu território (SUZANO PAPEL E CELULOSE, 2014).

No cenário da expansão do eucalipto nestes 13 anos na região do Extremo Sul da Bahia, os indicadores apresentados na Tabela 2 demonstram uma evolução acentuada no total de madeira em tora, partindo de 349.179m³ no ano de 1991 e consolidando 5.605.576m³ no ano de 2003. Esta trajetória estabelece um crescimento de aproximadamente 16 vezes acima no volume gerado de madeira em tora para este período. No ano de 2004, o cenário projetou uma diminuição de 12%, caindo de 5.605.576m³ para 4.981.093m³ no suprimento de madeira em tora, decorrente da redução do volume de corte do eucalipto nas cidades de Alcobaça, Caravelas, Belmonte, Eunápolis, Itabela, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas mesmo com a avanço do fornecimento de madeira em tora gerado pelas cidades de Mucuri, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

Conforme a Tabela 2, verifica-se que nos municípios de Mucuri, Alcobaça, Nova Viçosa e Caravelas possuem maior destaque em relação à produção de madeira em tora, pois concentram em seus territórios os maiores plantios, representando cerca de 80% do total da área plantada na região, onde se localizam as maiores produções, e por estarem situadas no entorno da empresa e terem iniciado a produção de toras desde o ano de 1991, onde se iniciou a produção de celulose e papel na região.

Na contínua expansão do eucalipto no extremo sul da Bahia para suprimento de madeira para as empresas de Papel e celulose e siderurgia, e com a finalidade de desenvolver alternativas de sustentabilidade, surge o Programa de Fomento Florestal através da regulamentação em legislação florestal do Decreto Federal nº.97.268/88. Este novo programa estabelece a ampliação do total de área plantada

com eucaliptos através da adesão de proprietários rurais nesse plantio e tornar menos oneroso o programa através da aquisição de novas terras.

Os programas de fomento florestal incorporam a assistência técnica e transferência de tecnologia aos pequenos e médios produtores rurais, que, de forma independente, não teriam condições para desenvolver as atividades de silvicultura. Adicionalmente, os programas de fomento ainda contribuem para a regularização ambiental das propriedades rurais e para a formação de empreendimentos de produção primária de madeira, propiciando o surgimento de arranjos produtivos baseados em madeira (FISCHER, 2009, p.15).

Segundo Sant'Anna e Leonel (2005), o programa de fomento florestal, sustenta vantagens socioeconômicas, sendo um mecanismo que contribui para o combate da pobreza, e tem apoio da FAO³ como um código de boas práticas. No projeto de fomento, pequenos e médios agricultores passam a cultivar eucalipto a partir de mudas e apoio técnico oferecido pelas empresas, e com o passar do tempo, tornam-se fornecedores de matéria-prima para a indústria. Toda estrutura em prol do fomento florestal mostra avanço considerável, tomando força e se revelando uma eficaz alternativa de geração de renda no meio rural, além de ser estratégico para as empresas, que passam a investir menos na aquisição de novas terras para a silvicultura.

Nesta expansão mercadológica, a primeira empresa de celulose e papel no Extremo Sul da Bahia avança no cenário do volume de terras com eucalipto plantado, conforme se observa na Tabela 3, contabilizando o total de 187.783ha plantados. Dentro do volume de área plantada com eucalipto da empresa, o programa de fomento florestal aparece com 52.206ha distribuídos entre os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. A área de fomento florestal da empresa referente somente ao extremo sul da Bahia é responsável por 25% do volume total de floresta plantada.

³ FAO: Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas.

Tabela 3 – Área total (ha) plantada com eucalipto pela Suzano Papel e Celulose

Área	Própria	Arrendamento	Fomento	Total
Área (ha)	124.558	11.019,00	52.206	187.783

Fonte: Adaptada da Suzano Papel e Celulose (2014).

Analisando os dados da ABRAF⁴ descritos na Tabela 4 verifica-se que no decorrer dos anos de 2005 a 2011 existe crescimento anual na expansão do eucalipto com retração entre os anos de 2010 a 2011. No total de área plantada com eucalipto no estado da Bahia, o ano de 2005 a 2007 representa um aumento de 4,3%; entre o ano de 2008 a 2010 este aumento representa 7,5%, e entre os anos de 2005 a 2011 o plantio total teve aumento de 13,2%. Um dos principais fatores para este crescimento está no programa do fomento florestal (Tabela 03) empregado pelas empresas e na aquisição de novas terras.

Tabela 4 – Evolução da área plantada com eucalipto no Estado da Bahia

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Área (ha)	527.386	540.172	550.127	587.610	628.440	631.464	607.440

Fonte: Adaptada da ABRAF (2014).

As relações socioeconômicas regionais sofreram transformações substanciais com a chegada dos grandes projetos industriais de produção de papel e celulose implantados no Extremo Sul da Bahia, associados à contínua expansão de áreas reflorestadas com eucalipto. Com essas transformações, as atividades sócio produtivas foram impactadas, gerando um novo perfil no espaço rural, assim como as especificidades dos grupos sociais pertencentes a este território (OLIVEIRA, 2008).

A expansão do eucalipto ao longo dos anos vem sendo responsabilizada pelos ambientalistas como a causadora de desequilíbrio social na região. Estabelecem que a silvicultura impulsionou o êxodo rural pela diminuição do número de propriedades rural gerando menos oferta de emprego no campo e a troca da agricultura tradicional comprometendo o trabalho familiar. Esses fatores aliados à

⁴ ABRAF: Associação brasileira dos produtores de florestas plantadas.

condição fundiária provocou o deslocamento do homem do campo para a cidade na busca de novas oportunidades e emprego, resultando no aumento da população urbana e uma transformação no paisagismo local. A falta de políticas públicas eficientes foi um denominador que contribuiu para que não houvesse uma garantia de emprego e renda para as famílias rurais e sua inclusão socioeconômica (ALMEIDA et. al, 2008).

Não se pode mensurar como seria a região do Extremo Sul da Bahia sem a chegada do eucalipto e seu desenvolvimento socioeconômico atualmente. Destarte, nota-se que a expansão do eucalipto nesses últimos 30 anos tem possibilitado uma evolução crescente do Extremo Sul da Bahia e também existe uma grande preocupação de restauração de áreas degradadas e a preservação de florestas remanescentes e o fortalecimento da agropecuária e da agricultura local fortalecendo a cultura da região.

3.2 ORIGEM SOCIOLÓGICA E A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

O presente capítulo retratará os passos da evolução da Responsabilidade social durante os anos e a importância das conquistas realizadas por pessoas para mudar um cenário desfavorável onde o foco era o lucro e o descaso com a vida dos trabalhadores e com o meio ambiente.

Duarte e Dias (1986 apud ZARPELON, 2006, p. 4) utilizam a Bíblia Sagrada⁵ para mencionar que as práticas da responsabilidade social foram aprimoradas através do papel que Jesus Cristo desempenhou aqui na terra, pregando a caridade, o amor ao próximo e desprendimento dos valores e bens terrenos, perfazendo uma mudança de cultura e maneira de agir entre os cristãos convertidos.

O tema responsabilidade social já era praticado na antiguidade, porém não se pode mencionar com certeza a data de sua criação. Como não existiam publicações e as

⁵ Bíblia Sagrada: Bíblia é o texto religioso de valor sagrado para o Cristianismo, em que a interpretação religiosa do motivo da existência do homem na Terra sob a perspectiva judaica é narrada por humanos.

circunstancias eram atípicas aos dias de hoje, poucos davam a devida importância para o tema. Na evolução da história, sabe-se que a revolução Francesa de 1789 teve impacto determinante nos conceitos informais e subliminares (ZARPELON, 2006).

Na avaliação de Zarpelon (2006), este marco é lembrado contemporaneamente como símbolo da falência de uma gestão despótica e autoritária, que não atentava para os direitos dos cidadãos e para as questões sociais. Destarte a estes pontos, outros pontos importantes colaboraram para o crescimento da história da responsabilidade social. Destaca-se uma revolução no âmbito social, devido à revolta do proletariado em decorrência das opressões sofridas nos séculos XVIII e XIX.

Com a evolução da humanidade, houve o fortalecimento e a transformação dos direitos humanos em lei. Em 1789, foi promulgado na França, através da Liga das Nações, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com atualizações em 1793 e 1795. Essa declaração, para ter valor de lei, precisava ser publicada por um órgão com representatividade mundial. Assim sendo, somente em 1948 é que a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão passou a se chamar Declaração Universal dos Direitos Humanos, através da Organização das Nações Unidas (ONU)⁶ após a Segunda Guerra Mundial (ZARPELON, 2006).

Um marco importante para as mudanças na legislação das empresas ocorreu no ano de 1861-1865, através da guerra civil norte americana. Isto possibilitou que realizassem também serviços de interesse privado, além daqueles de interesse público. A pressão sobre o governo aumentava à medida que o lucro crescia, transformando em obtenção de maiores benefícios, embora “[...] grupos de cidadãos empenhados em conservar a responsabilidade das corporações trabalhassem visando combater os abusos” (KORTEN, 1966, apud REIS; MEDEIROS, 2007, p. 6). As empresas, ditadoras e autoritárias, diante do seu poder e influência, dominavam o controle sobre órgãos legislativos e aprovavam leis favoráveis a elas mesmas em

⁶ ONU: Organização das Nações Unidas. É uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial.

relação às suas responsabilidades, incluindo isenção sobre danos ao trabalhador ou em questões como salários, horas trabalhadas, condições de trabalho e máxima produção (REIS; MEDEIROS, 2007).

Os Estados Unidos da América, conforme a história, na década de 50, foram os percussores no estudo e desenvolvimento sobre a responsabilidade social. Em 1953, nos Estados Unidos, Haward Bowen aprimora os estudos e divulga o livro *Responsibilities of the Businessman*, tornando-se um divisor de entendimento e dá início às importantes transformações dentro da responsabilidade social (ZARPELON, 2006).

Na França em 1977, foi promulgada a primeira lei que obriga as empresas a realizarem balanços periódicos de avaliação social das empresas. Nos EUA criou-se a SAI (Social Accountability International)⁷ detentora do padrão normativo AS 8000⁸, que posteriormente foi adaptada e implantada no Brasil, através de uma Comissão de Estudos Especiais Temporária (CEET) formada pela ABNT⁹, e publicada em 2004, tornando-se a NBR 16001¹⁰ (ZARPELON, 2006).

Na visão de Holliday; Schmidheiny e Watts (2002), a Globalização, como fator de desenvolvimento durante a década de 1990, impôs uma maior amplitude da responsabilidade social e/ou dos deveres de cidadania das empresas. Na década de 90 ocorreu uma transformação acentuada da responsabilidade e dos papéis do Estado e das empresas na sociedade. As organizações assumiram atividades de aproximação com as questões sociais correlatas e devem ser mais cautelosos e sensíveis ao fazerem negócios, trabalhando com uma visão mais ampla do que apenas geração de lucro em curto prazo. Os críticos dos negócios, dispõem de

⁷ SAI: Social Accountability International é uma organização multi-stakeholders cuja missão é promover os direitos humanos dos trabalhadores em todo o mundo.

⁸ AS8000: É uma norma internacional de avaliação da responsabilidade social que existe para empresas fornecedoras e vendedoras. É a primeira certificação internacional da responsabilidade social. Seu principal objetivo é garantir os direitos dos trabalhadores.

⁹ ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

¹⁰ NBR16001: Tem a função de contribuir com o desenvolvimento social, por meio da realização profissional de seus colaboradores e da promoção de benefícios ao meio ambiente e às partes interessadas.

melhores informações, assim como os consumidores e os clientes são mais bem educados, e estão mais conscientes de seus direitos e de sua capacidade de influenciar o comportamento das empresas.

Reis e Medeiros (2007), destacam que um fato marcante e com contribuição decisiva para que a responsabilidade social tomasse status de ação social das empresas ocorreu em 1919, nos EUA. A empresa Dodge impetrou ação pública contra a Companhia Ford, porque o então presidente e acionista majoritário da empresa, Henry Ford, em 1916 comunicou aos demais acionistas que os lucros da companhia seriam reinvestidos para fins de expansão da empresa e diminuição nos preços dos automóveis.

Bowen (1957 apud Reis; Medeiros, 2007) destaca que a Suprema Corte de Michigan negou o pedido de Ford, justificando que o objetivo das empresas é gerar lucro aos acionistas. A partir deste episódio, a orientação de que as empresas deveriam responder apenas aos interesses de seus acionistas foi alvo de críticas, fazendo que muitas decisões nas Cortes americanas fossem favoráveis a doações das empresas.

Ashley (2002) relata que em 1953, também nos EUA, o caso *A. P. Smith Manufacturing Company versus Barlow* virou uma batalha judicial pública, onde o centro do julgamento envolvia questões de responsabilidade social das empresas, no qual a suprema corte de Nova Jersey proferiu sentença favorável à doação de recursos da Universidade Princeton, contrariamente aos interesses dos acionistas. A partir dessa sentença, Justiça determinou, então, que uma corporação pode buscar desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa. Este evento cria jurisprudência e mostra a mudança de mentalidade dos juristas frente à responsabilidade social, desvinculando o objeto lucro pelo cunho social.

Todas as conquistas contribuíram para o avanço no diálogo em favor de melhores condições de trabalho, melhora e respeito aos trabalhadores, a criação de jurisprudência e uma nova visão do mercado para a imagem das empresas e sua relação com os stakeholders.

3.2.1 Aspectos conceituais da responsabilidade ambiental

Num mundo globalizado onde o desenvolvimento econômico extrapola a margem de desrespeito para com a natureza, tornar os recursos naturais preservados, disponíveis para as gerações futuras e impedir que a escassez de recursos se torne um dilema com impactos irreparáveis, ganha força no mercado mundial com a união de forças de empresários, instituições, ONG's que estabelecem procedimentos, diretrizes e normas para um mundo sustentável e equilibrado.

A responsabilidade ambiental é parte integrante da responsabilidade social das empresas, e nunca de forma isolada. A responsabilidade ambiental estabelece-se como um conjunto de ações realizadas que vão além das exigências legais. A responsabilidade ambiental empresarial se constitui em ações que extrapolam a obrigação, tendo um caráter voluntário de participação em fóruns, iniciativas, programas e proposta que visem a sustentabilidade do meio ambiente natural livre de contaminação e saudável para ser usufruído pelas gerações futuras (DIAS, 2010).

No futuro, as empresas que terão mais destaque no campo da reponsabilidade social e do desenvolvimento sustentável serão aquelas que conseguirão enveredar por uma nova ética empresarial cuja principal característica será a coexistência dos valores ético-profissionais (ética profissional), dos valores do negócio (ética empresarial) e dos valores socioambientais (ética socioambiental) (MELO NETO; FROES, 2001, p. 65).

A responsabilidade social e ambiental se caracteriza por sua efetividade no alcance de objetivos do desenvolvimento econômico-social. Portanto, uma organização torna-se efetiva quando possui procedimentos e mantém uma postura socialmente responsável. A efetividade é mensurada através do grau de satisfação da sociedade, e no atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais (TACHIZAWA, 2002).

O papel das organizações está mudando, ainda que lentamente, mas com rumo definido para uma maior responsabilidade social, inserindo-se como mais um agente de transformação e de desenvolvimento nas comunidades; participando ativamente dos processos sociais e ecológicos que estão no seu entorno e procurando obter legitimidade social pelo exemplo, e não mais unicamente pela sua capacidade de produzir. Ao seu papel econômico, que continua fundamental, agrega-se outro que assume conscientemente, de assumir maior responsabilidade social, onde se inclui a perspectiva ambiental (DIAS, 2010, p.161).

A revolução da responsabilidade social trouxe mudanças substanciais para as empresas, aproximando-a de seus empregados, clientes, parceiros, governos e sociedade. Com a pressão mundial para um mundo melhor, surge o advento das novas ondas da responsabilidade sustentável e ambiental, onde as empresas ampliaram seu espectro de responsabilidades, concentrando seu foco de atenção em setores como o meio ambiente, a população, as futuras gerações, a promoção do comércio justo, o fomento de práticas conservacionistas e o fomento das diversas formas de empreendedorismo (MELO NETO; FROES, 2001).

O verdadeiro desenvolvimento, assim como a preservação dos recursos, não está relacionado apenas com os aspectos econômicos de uma nação. O verdadeiro desenvolvimento, mais do que autossustentável, teria de ser autopreservante no sentido de procurar, ativamente, criar condições de autopreservação das culturas tradicionais, valorizando-as de modo a inibir as pressões do consumismo. [...] a extraordinária capacidade do ser humano para deformar o meio ambiente e adaptá-lo aos seus próprios interesses tem, também, suas limitações. Uma delas é o próprio homem, com suas tradições, histórias e vocação. Desrespeitá-las é desrespeitar a própria dignidade humana (BRANCO, 2004, p. 93).

Uma empresa responsável no campo da preservação ambiental é fomentadora de práticas e políticas em gestão ambiental. Serve como referência e excelência ações que busquem o desenvolvimento sustentável local e regional. Tem preocupação constante com a preservação da saúde, da segurança e da qualidade de vida de seus empregados e da comunidade situada ao seu redor. Pratica a questão ambiental como valor de sua gestão e como compromisso, sob a forma de missão e visão e visão do seu desempenho empresarial (MELO NETO; FROES, 2011).

Colocar em prática as normas de gestão além da verdadeira preocupação com a escassez de nossos recursos é o principal objetivo por parte da reeducação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental permite que a organização atinja o nível de desempenho por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo, gerando um benefício mútuo aos recursos ambientais e aos negócios da empresa. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas eficazes, além de ligar essa ação com o desenvolvimento de pessoas e processos (DRUM; GARCIA; PEIXOTO, 2011, p. 5).

Para Tachizawa (2010), um novo posicionamento por parte das organizações passa pela expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas ambientais emergentes que passa a sociedade. Tal posicionamento, por sua vez, estabelece que os gestores empresariais estejam

bem preparados para essas novas demandas ambientais, visando conciliar as questões ambientais com os objetivos econômicos de suas organizações empresariais.

A gestão ambiental para um desenvolvimento que seja sustentável econômica, social e ecologicamente precisa contar com executivos e profissionais nas organizações públicas e privadas que incorporem tecnologias de produção inovadoras, regras de decisão estruturadas e demais conhecimentos sistêmicos exigidos no contexto em que se inserem (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2002 apud VALVERDE, 2005, p. 60).

O cenário atual mundial neste novo milênio se traduz num dos maiores desafios na obrigação de se cumprir o objetivo de fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num quadro harmonioso de regulamentação. A conjuntura econômica caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, mais conscientes e voltados à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável (TACHIZAWA, 2010).

A questão ambiental vem se tornando uma preocupação no meio organizacional. Nasce de um contexto estruturado e ditado por uma gama de fatores que vão desde a globalização e a conseqüente internalização dos negócios, chegando à conscientização crescente dos consumidores em todo mundo. Outra variável importante é o acirramento da concorrência mundial, com poder de transformação dentro das organizações, para que adotem uma nova mentalidade, que lhes propicie condições de crescimento (VALVERDE, 2005).

A visão de futuro e os objetivos das empresas que precisam e querem se manter no mercado mundial está diretamente ligado às suas práticas de sustentabilidade. Sua manutenção e crescimento devem obedecer a procedimentos e diretrizes consonantes com a preservação ambiental e a manutenção da qualidade de vida da sociedade. A conscientização deve começar primeiro pela mudança de comportamento das práticas sociais e ambientais da empresa, mesmo que ela possua boas práticas. Os comportamentos internos e externos passam a ser equivalentes na busca, prática e manutenção da reponsabilidade ambiental.

Na conjuntura mundial para a responsabilidade ambiental, novas expressões como a ISO 14000, selo verde, ciclo de vida do produto, auditoria, certificação e performance ambiental, dentre tantas outras, vêm sendo usadas cotidianamente nos mais variados âmbitos de atuação, demonstrando a preocupação das organizações com a nova mentalidade que lhes propicie condições de crescimento conjugado com respeito à natureza (VALVERDE, 2005).

O estabelecimento de normas e diretrizes possibilita o monitoramento de todo o ciclo de vida do produto criando identidade e responsabilidade com os processos produtivos e suas interfaces, identificando desvios, gargalos e pontos de atenção dentro da cadeia produtiva, agilizando e até antecipando recursos para solucionar o problema e com prática de sustentabilidade.

3.2.2 Aspectos conceituais da responsabilidade social e corporativa

A história mostra que a responsabilidade social é praticada desde a antiguidade, de maneira informal e nas ações de caridade que os povos exerciam uns com os outros. Com a evolução da humanidade, a era contemporânea estabelece-se como a porta definitiva para que a prática da responsabilidade social passasse a exercer papel fundamental no âmbito empresarial.

Para Kringsner (2004), a responsabilidade social nas empresas a forma de conduzir os negócios baseada no compromisso contínuo com a qualidade de vida atual e das gerações futuras, por meio de um comportamento ético, que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. O autor destaca que se pessoas conseguirem incorporar os interesses das diversas partes interessadas nas estratégias de negócio e na implementação das atividades, o resultado será melhor ainda.

Dentro da filosofia de construção da responsabilidade social, várias atividades que antes eram atribuídas ao governo, passam a serem transferidas, informalmente para as empresas em face de letargia do governo. A função da empresa de ser geradora

de lucratividade e benefícios para os acionistas passa a ter a função de questão social. Kapaz (2004) destaca que o primeiro passo para qualquer ação de Responsabilidade Social em empresas passa pela conscientização dos empreendedores e, principalmente, dos acionistas majoritários de que, hoje, no mundo em que vivemos, o consumidor sabe e, essencialmente, valoriza a diferença entre empresas que são socialmente responsáveis e outras que não têm essa preocupação.

Para Holliday; Schmidheiny e Watts (2002), a responsabilidade social das empresas deixou de ser uma equação simples, em que agregam lucratividade, cumprimento de regulamentos, formalidades e filantropia, a passou a envolver a compreensão mais profunda a respeito das sociedades em que as empresas fazem negócios. A agenda dos altos executivos passa a ter uma abrangência global, passando a lidar cada vez mais com amplo espectro de temas como prestação de contas, desrespeito aos direitos humanos, códigos de governança corporativa, ética nos ambientes de trabalho, relacionamentos com os stakeholder e estratégias de sustentabilidade. Na arena global em constante transformação, as considerações sociais das empresas estão assumindo significados cada vez mais focados nos negócios, nas formas de comércio ético, na prestação de contas sobre aspectos sociais, nos investimentos na comunidade e nas boas práticas trabalhistas.

A filantropia era uma das ações praticada pelas empresas como forma de atividade que ajudasse as comunidades no seu entorno. Novaes e Fischer (2005) destacam que se no passado as motivações das empresas eram mais humanitárias, pessoais, afetivas, reativas e pontuais, passam agora pela responsabilidade social, e gradativamente a serem mais proativas, integradas à cultura da empresa e com maior comprometimento. A imagem da empresa não se destaca somente pelo seu produto, dentro da nova cultura, passa por procedimentos e diretrizes, em função de fatores do seu relacionamento com os diversos públicos e das estratégias de ação com seus stakeholders com a geração de vantagens futuras.

Rico (2004) destaca que os institutos, fundações, associações empresariais preocupados em assumir uma gestão socialmente responsável nos negócios,

compreendem que a responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações: clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e funcionários (público interno), ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social no país. As empresas, um dos principais agentes de mudanças, através da postura de um comportamento socialmente responsável, são pontes de parcerias com o Estado e a sociedade civil, na construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

As empresas precisam ter uma visão mais empreendedora com a prática da responsabilidade social, atuarem de forma autêntica, com foco com o entorno social em que a empresa está inserida, incorporar seus princípios e os aplicarem corretamente, ou seja, sem deixar de se preocupar com a necessidade de geração de lucro, mas colocando-o não como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para se atingir um desenvolvimento sustentável e com mais qualidade de vida (KAPAZ, 2004).

Ashley (2002) por sua vez, conceitua responsabilidade social como a mudança de comportamento da empresa, expresso no compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

Melo Neto e Brennand (2004) consideram o que fortalecimento da empresa verdadeiramente dotada de responsabilidade social está no cumprimento de seus compromissos éticos e a sua insitucionalização através de suas relações com o mercado, empregados, governo, mídia, parceiros e a comunidade em geral. Sendo parte do processo de gestão e de suas crenças e valores, princípios consagrados no “credo” da empresa, a Responsabilidade Social tem o seu exercício facilitado e suas ações tornam-se contínuas e permanentes.

Para Karkotli (2006) não há uma definição universal que conceitue a resposanbilidade social. Para alguns representa a ideia de obrigação legal, para outros significa um comportamento responsável no sentido ético, e para outros ainda significa uma contribuição caridosa ou até mesmo uma consciência social. Alguns vêem como uma espécie de dever, impondo aos administradores de empresas padrões mais altos de comportamento que aqueles impostos aos cidadãos em geral.

O consenso entre os diversos setores, direta ou indiretamente ligados às empresas é que fortalecerão a responsabilidade social. O papel a ser desempenhado pelas empresas tem o fator mediador e eliminador de conflitos sociais. Sua função deixa de ser uma doadora e praticante de filantropia frente à sociedade, passando a assumir uma aproximação maior no meio da comunidade do seu entorno, e sendo agente transformador da melhoria da qualidade de vida social dessas comunidades. A empresa passa ater obrigação legal frente aos stakeholders e a ser a ponte de transformação e desenvolvimento social dessas comunidades e preservação do meio ambiente. A visão do lucro total passa a ser fração do passado frente à pressão mundial para produtos gerados com responsabilidade social.

Na visão de Karkotli e Aragão (2004) os paradigmas existentes entre a resposanbilidade social, o assistencialismo e a filantropia, já foram superadas. Não existe mais limitação para sua atuação, repercussão e acompanhamento pela sociedade, seja ela representada pelos clientes, fornecedores, colaboradores, governos, acionistas, etc. Esta mudança veio como decorrência desse processo globalizado com fluxo intenso de informações e tecnologias onde atos e fatos têm repercussão imediata, inclusive para produzir lucros ou prejuízos.

Para Melo Neto e Froes (2011) a responsabilidade social surgiu sob a denominação de filantropia social ou caridade social, tendo sido incorporado pelas empresas como prática alheia aos seus objetivos, que são o de maior produtividade e lucro; algo como uma manifestação da consciência empresarial em favor dos mais pobres e necessitados. Na verdade, uma simples compensação pela apropriação pelas empresas dos recursos naturais que asseguravam uma vida melhor para as

comunidades. Com o tempo, as empresas foram percebendo o grande apelo dessas práticas junto à mídia, ao governo e à sociedade e, conseqüentemente, os benefícios decorrentes para si próprias. O social filantrópico ou da caridade social das empresas se tornou o exercício da responsabilidade social corporativa.

A visão de futuro e os objetivos da responsabilidade social passam a ser um processo de humanização das atividades empresarias nas interfaces com os stakeholders. O resultado da aplicação das diretrizes passa a ter valor mundial determinando o grau de preocupação que as empresas estão praticando como interlocutoras de um desenvolvimento ambiental e socioeconômico responsável.

Com o dinamismo mercadológico, fatores como globalização, maior mobilidade e acessibilidade, assim como a crescente disponibilidade de comunicação instantânea, tem causado a aceleração das informações e possibilitado que indivíduos e organizações em todo o mundo tenham maior facilidade de saber sobre as decisões e atividades das organizações em todo o mundo. Esses fatores dão às organizações a oportunidade de se beneficiar com a aprendizagem sobre novas formas de fazer as coisas e solucionar problemas. As empresas passam a serem alvos frequentes de monitoramento e investigação “on line” quanto às suas decisões e atividades por uma série de grupos e indivíduos. Políticas ou práticas adotadas pelas organizações em diferentes lugares podem ser rapidamente comparadas (ABNT, 2010).

Segundo Grajew (2002 apud Melo Neto; Brennand, 2004), a Responsabilidade Social corporativa é formada por três dimensões: o exercício da Responsabilidade Corporativa, Ambiental e Social. A Responsabilidade Corporativa está baseada nas práticas da gestão ética, adoção de práticas de governança corporativa, gestão com transparência e responsabilidade, respeito à diversidade, pagamento de impostos devidos, respeito à legislação vigente, aos contratos vigentes com clientes, fornecedores e parceiros, pagamento de salários justos e benefícios, não uso de propaganda enganosa, fabricação de produtos que não causem danos físicos aos clientes e ao público em geral, ênfase no desenvolvimento dos funcionários e na criação e manutenção de um ambiente de qualidade de vida no trabalho.

A Responsabilidade Ambiental tem envolvimento com todas as práticas de proteção, preservação ambiental e prevenção de danos causados ao meio ambiente, além de ações de educação ambiental e certificação, traduzindo-se em uma busca constante na sustentabilidade (GRAJEW, 2002, apud MELO NETO; BRENNAND, 2004).

A responsabilidade social corporativa tem como pressuposto atender a nova demanda da sociedade, com entendimento, ação efetiva e resultados positivos, onde o valor da empresa não esteja focado somente nos seus acionistas, mas que tenha também um impacto positivo para o conjunto dos afetados por suas operações, em particular o meio ambiente e a comunidade (seus próprios funcionários e os restantes da sociedade) e os stakeholders, respeitando sua cultura e agindo de forma ética e transparente (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004).

Quadro 01 – Principais diferenças entre os conceitos de Responsabilidade Social e Responsabilidade Corporativa

Responsabilidade Social	Responsabilidade Corporativa
É restrito à prática de ações sociais internas e externas.	É mais abrangente, pois envolve, além de prática de ações sociais, a adoção de um modelo de gestão ética.
Seu foco principal é a comunidade.	Seu foco principal é o modelo de gestão empresarial.
Seus beneficiários são os funcionários, seus dependentes e os membros da comunidade.	Seus beneficiários são os clientes, fornecedores, acionistas, parceiros, governo, mídia, funcionários, membros da comunidade e sociedade em geral.

Dentro de sua conceituação, Karkotli (2006) destaca que as empresas que buscam a sustentabilidade de seus negócios, devem ter uma mudança na cultura, trabalharem de forma planejada e estruturada visando se adequarem as exigências da responsabilidade social corporativa.

No coração do movimento da responsabilidade social corporativa estão as questões de transparência e de responsabilidade para que todos os interessados e a própria empresa façam auditorias e relatórios sobre questões éticas, financeiras, sociais e ambientais (MCINTOSH, 2001, p. 313).

Para Schroeder e Schroeder (2004), As empresas, por sua estrutura e aporte de capital, são grandes centros de poder econômico e político, tendo influência e

interferindo diretamente na dinâmica social. Assim, assumindo causas sociais as empresas estariam devolvendo à sociedade parte dos recursos humanos, naturais, financeiros que consumiram para a alavancagem do lucro de sua atividade. Esta situação tem levado diversos atores sociais a legitimarem a responsabilidade social corporativa. Um dos grandes desafios da empresa é atender as expectativas das comunidades fazendo o papel que o governo não faz eficazmente, sem ter conflitos com sua produtividade. Uma das vantagens que as empresas possuem na prática da responsabilidade social corporativa é ter o poder de decisão usando seus recursos próprios e suas estruturas sem a burocracia e os privilégios governamentais. Portanto, possibilita maior agilidade no atendimento das demandas da sociedade, tornando-se agente mitigador e decisivo.

Para empresas que atuam dentro da abordagem estratégica, o foco é o alcance da rentabilidade de seus projetos de responsabilidade social corporativa, influenciando o seu posicionamento em relação aos concorrentes ou a alavancagem de recursos e competências distintivas, maximizando lucro e desempenho social, além de benefícios adicionais como a boa reputação, produtos diferenciados, pessoal altamente qualificado. Dessa maneira, esta terceira abordagem permite que as empresas alcancem simultaneamente a maximização de lucro e a maximização do desempenho social, demonstrando, assim, que é possível agregar valor e obter vantagens competitivas, agindo de forma social e ambientalmente responsável (MACHADO, et. al, 2012, p.187-188).

Segundo o Instituto Ethos (2005), Responsabilidade Social Corporativa é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa nos relacionamentos em diferentes níveis, onde se relaciona, com a missão de estabelecer metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. As enormes carências e desigualdades existentes no país, aliada às deficiências crônicas do Estado no atendimento das demandas sociais, conferem maior relevância à responsabilidade social empresarial.

Conforme Soares (2004), a responsabilidade social corporativa é uma dupla resposta à atual crise vivenciada pelo capital, onde as empresas tornam-se detentoras de um poder de influência maior na sociedade, procurando se transformar na instituição das instituições. Com as constantes mutações no mundo,

e as crises econômicas, houve um acirramento na concorrência entre as empresas, que obrigou as organizações a adaptarem seu processo de trabalho às novas exigências e metodologia do mercado globalizado, e a adequarem sua estrutura aos padrões de parceiros internacionais ou aos requisitos decorrentes de processos de fusão e incorporação, como forma de sobrevivência.

3.3 AS NORMAS DE AUDITORIA, POLÍTICAS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com a evolução crescente da reponsabilidade social e a necessidade de se estabelecerem regras padronizadas voltadas exclusivamente para esta nova variável, com valor e peso mundial de boicote às instituições e aos produtos, a configuração estabelece um novo know how¹¹ de relacionamento das organizações com suas partes interessadas (público interno, fornecedores, clientes, comunidade de entorno, relações com os funcionários, condições dignas de trabalho, entre outros), através de normas e certificações.

As normas OHSAS18001, ISO14001, ISO 9001, junto com as certificações FSC - Forest Stewardship Council, CEFLOR e Carbon Reduction Label representam uma nova postura e visão atualizada de valores de sustentabilidade e dignificação do ser humano nas práticas que se estendem do manejo florestal, à produção industrial e a segurança.

A norma OHSAS18001 é uma norma voluntária de modelo de gestão que estabelece os requisitos para avaliar e certificar o sistema de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Proporciona às organizações um modelo de sistema que permite identificar e avaliar os riscos no trabalho e os requisitos que a lei exige em cada caso.

¹¹ Know How: É o conhecimento de como executar alguma tarefa, é o conhecimento do saber fazer. É uma capacidade de desenvolver alguma atividade com habilidade técnica e conhecimento.

Também define a política, estrutura organizacional, as responsabilidades, as funções, o planejamento das atividades, os processos, procedimentos, recursos, etc., necessários para desenvolver, pôr em prática, revisar, manter e melhorar um sistema de gestão de SST. Baseia-se no ciclo de melhora contínua PDCA (Planejar, Desenvolver, Verificar e Agir). Sua função é diminuir e/ou eliminar a frequência de acidentes no trabalho e aumentar a produtividade, integrando a prevenção como legislação aos procedimentos da empresa visando à redução de custos e evitar penalizações administrativas por desvios ou descumprimento, possibilitando uma gestão interna mais eficiente para todas as partes interessadas (OHSAS, 2007).

Os SGSSTs¹², a partir do desenvolvimento de ferramentas para detecção e redução do risco de acidentes do trabalho, proporcionam contínua melhoria, racionalização e confiabilidade de projetos, processos e produtos/serviços, proporcionando redução de acidentes e doenças ocupacionais, minimização dos custos de processos, motivação e aumento da qualidade de vida dos trabalhadores, melhoria da imagem da organização e incremento da sua competitividade e lucratividade (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010, p. 408).

A expansão e desenvolvimento da cadeia produtiva em todos os seus segmentos ao longo das décadas passadas serviu de exemplo para a mudança de mentalidade relativa ao trabalho desempenhado pelos funcionários das organizações/empresas. O cenário de excesso de jornada de trabalho atrelada ao lucro incessante por parte dos empresários e com índice alto de acidentes, e sem penalização, passa, no cenário produtivo atual, a ter leis, procedimentos, normas e penalização às empresas não só em pagamento pecuniário local, mas também através da imagem internacional que precisa manter através da confirmação de produção sem exploração dos funcionários.

As leis de segurança do trabalho trouxeram maior valorização para a vida dos funcionários no desempenho das suas atividades laborais desempenhas. Toda atividade atual tem que ser obrigatoriamente precedida de análise de riscos e os funcionários anualmente treinados para exercerem suas atividades com maior capacidade e domínio. Todo contexto atual se transformou através da criação de políticas, diretrizes, auditorias, princípios e adesão das empresas em normas internacional de segurança, possibilitando uma harmonia entre o ritmo de produção

¹² SGSSTs: Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

com a segurança na prática das atividades e redução cada vez maior no número de acidentes do trabalho dentro das empresas, evitando penalização e danos à imagem da empresa no cenário mundial e frente aos stakeholders.

De acordo com Gordono et. al. (2012), a implantação da OHSAS 18001 retrata a preocupação da empresa com a integridade física de seus colaboradores e parceiros. É uma ferramenta normativa que traduz o envolvimento e participação dos funcionários no processo de implantação desse sistema de qualidade, transformando, assim como outros sistemas, de fundamental importância para toda a instituição.

A OHSAS 18001 não define se um processo é mais arriscado ou não para a saúde de um trabalhador, mas é uma forma de garantir e demonstrar que a organização está disposta a preservar a saúde e a segurança dos seus funcionários, gerando um clima de trabalho mais saudável e confortável, onde provavelmente haverá ganho de produtividade e redução de acidentes e incidentes de trabalho (KUTZ, 2005, apud GORDONO, et. al, 2012, p. 7).

A importância da norma ISO 9001 dentro das instituições se notabiliza pelo fato do setor produtivo demandar padronização e métodos afim de se alcançar a redução de custos de seus processos, produtos e serviços, além de manter a melhoria contínua da qualidade de seu sistema de gestão da qualidade, agregado ao equilíbrio durante toda a cadeia produtiva mantendo a sustentabilidade. O mercado globalizado exige maior critério das empresas visando ampliar suas fronteiras e se tornarem mais competitivas (LAGES; FRANÇA, 2009).

A norma também está baseada no ciclo de melhora contínua PDCA¹³ (Planejar, Desenvolver, Verificar e Agir). Sua implantação além de proporcionar uma estabilidade no setor produtivo e na qualidade também desenvolve a sustentabilidade, pois o monitoramento da cadeia produtiva evita e diminui as emissões atmosféricas e hídricas. Estabelece um conjunto de procedimentos devidamente documentados que regulamentarão a condução das atividades que impactam a qualidade do produto ou serviço prestado, bem como as próprias atividades de gestão (ABNT, 2008).

¹³ PDCA: Método iterativo de gestão de quatro passos, utilizado para o controle e melhoria contínua de processos e produtos.

Visando mitigar cada vez mais possíveis desvios dentro do processo produtivo da empresa, é necessário ter domínio de todas as etapas processuais e seus impactos para o meio ambiente e para as pessoas. A implantação da ISO 9000 traz a padronização e o controle das variáveis processuais, diagnosticando desvios pontuais através do monitoramento constantes de emissões atmosféricas e hídricas, e implantando ações corretivas na cadeia produtiva, visando antecipar e eliminar impactos que possam ocorrer.

A norma ISO 9001 garante confiança de que seu fornecedor poderá fornecer, de forma consistente e repetitiva, produtos e serviços de acordo com o que foi especificado. A norma não especifica requisitos para produtos ou serviços os quais se está comprando, pois isto compete à organização definir, tornando claras as suas próprias necessidades e expectativas para o produto. Sua especificação pode ser feita através de referência a uma norma ou regulamento, ou mesmo a um catálogo, bem como a anexação de um projeto, folha de dados, etc. (LAGES; FRANÇA, 2009, p. 15).

A Norma ISO 14001 têm por objetivo prover as organizações de elementos de um sistema da gestão ambiental (SGA) eficaz que possam ser integrados a outros requisitos da gestão, e auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos. Especifica os requisitos para que um sistema da gestão ambiental capacite uma organização a desenvolver e implementar política e objetivos que levem em consideração requisitos legais e informações sobre aspectos ambientais significativos (ABNT, 2004).

Os projetos que valorizam o meio ambiente se tornaram mais promissores e devem inverter décadas de negligências ambientais. Modificações nos processos que podem causar impactos ambientais estão sendo introduzidas aos poucos nas indústrias e são aplicadas na concepção do produto. Praticamente todos os elementos da cadeia produtiva, produtores de matéria-prima, fabricantes e usuários de produtos podem se beneficiar da engenharia verde (OLIVEIRA; SERRA, 2010, p. 430).

O sucesso do sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções e especialmente da alta administração. A finalidade geral desta Norma é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades socioeconômicas. Deve-se notar que muitos desses requisitos podem ser abordados simultaneamente ou reapreciados a qualquer momento. Também se baseia no ciclo de melhora contínua PDCA (Planejar, Desenvolver, Verificar e Agir) (ABNT, 2004).

Tornar sustentável o mundo atual em detrimento das degradações e negligências ambientais ocorridas no passado é o papel atual dos stakeholders em conjunto com os organismos de defesa do meio ambiente. A existência de leis exemplares é importante porém, mais do que isso, é necessário um programa de conscientização diária das pessoas, governo e organismos até que se torne uma cultura mundial e se elimine o risco da degradação total do meio ambiente. O Selo Verde da ISO 14001 traz vantagens de metas ambientais documentadas, em cada nível e função pertinentes da organização e com foco exclusivo para o meio ambiente.

Colocar em prática as normas de gestão além da verdadeira preocupação com a escassez de nossos recursos é o principal objetivo por parte da reeducação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental permite que a organização atinja o nível de desempenho por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo, gerando um benefício mútuo aos recursos ambientais e aos negócios da empresa. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas eficazes, além de ligar essa ação com o desenvolvimento de pessoas e processos (DRUNN; GARCIA; PEIXOTO, 2011, p. 5).

Na sequência das atividades empresariais em busca de um equilíbrio na responsabilidade social desenvolvida e aplicada, apresenta-se a Forest Stewardship Council (FSC) através da norma FSC-STD-BRA-01-2014, com processo de certificação voluntário que inclui a avaliação de um empreendimento florestal por uma organização independente, a certificadora, e a verificação dos cumprimentos de questões ambientais, econômicas e sociais que integram os princípios e critérios do Forest Stewardship Council. Seu objetivo é definir indicadores e orientar a avaliação por partes das Certificadoras das Organizações que visam certificar suas plantações florestais no Brasil de acordo com as normas do FSC (FSC, 2014).

Com a legitimação de suas atividades, a partir da adoção de estruturas e processos apropriados, do ponto de vista da instituição dominante, as empresas florestais passam a sofrer menores pressões dos demais membros do campo organizacional. Assumindo que as operações internas da empresa estão sendo conduzidas de maneira adequada, as partes interessadas externas exercem um controle menor sobre o dia-a-dia da empresa, a não ser que ocorra uma violação óbvia dos padrões ou um novo evento ou distúrbio ambiental (NARDELLI, 2001, p. 39).

Estabelece princípios, critérios e indicadores que exigem que todo manejo florestal deve respeitar a legislação aplicada no país, que a posse deve estar legalmente documentada, a população indígena deve ter seus direitos legais de possuir,

manejar e usar suas terras de forma reconhecida e respeitada, as relações comunitárias e direito dos trabalhadores florestais devem manter o bem estar social a longo prazo, o manejo da floresta deve gerar benefícios sociais e ambientais com viabilidade econômica, não deve ocorrer impacto florestal no manejo florestal, o plano de manejo deve ser bem definido, escrito, implementado e atualizado e monitorado seguido da conservação das florestas de alto valor de conservação (FSC, 2014).

A seletividade do Forest Stewardship Council (FSC) ocorre na capacidade de orientar os compradores no seu poder de decisão de compra, possibilitando escolher entre um produto com a logomarca FSC que atesta a qualidade e procedência no manejo florestal, ou produtos sem logomarca que caracterizam o desrespeito com o manejo florestal. O manejo florestal citado não se limita somente ao corte e retirada da madeira de sua área original, ele se estabelece no respeito aos direitos dos trabalhadores, na obediência às leis e tratados, respeito as áreas indígenas, preservação de áreas de preservação permanente, etc., além de outros importantes princípios. O poder de escolha enfraquece os produtos que não possuem a logomarca manejo florestal responsável, criando uma resistência e bloqueio a esses produtos no cenário internacional, enfraquecendo a imagem das empresas e também sua lucratividade, o que obriga as empresas a se adequarem ao mercado para que seus produtos tenham boa aceitação e vendas.

Por ser um instrumento de mercado, a principal motivação das empresas em aderirem aos padrões de certificação tem sido as oportunidades de negócios. De modo geral, as empresas encontram-se pressionadas por clientes internacionais e, mais recentemente, por compradores nacionais de produtos florestais. Esta tendência vem abrangendo empresas de diversos portes. No caso das empresas de grande porte, além da procura de um diferencial para seus produtos no mercado, está o fortalecimento de sua imagem e a busca de um mecanismo para melhorar suas relações com o campo organizacional, em especial com as ONGs ativistas (NARDELLI, 2001, p. 36).

A Certificação Florestal (CERFLOR) é um selo brasileiro que certifica produtos e subprodutos de origem florestal (madeira e pasta mecânica), seguindo diretrizes elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e geridas pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), responsável também por credenciar as instituições certificadoras.

O CERFLOR é reconhecido internacionalmente pelo **Programme for the Endorsement of the Forest Certification Schemes** (PEFC Council), organização internacional não governamental e sem fins lucrativos, que atesta o manejo florestal sustentável e a rastreabilidade da cadeia de custódia¹⁴ da empresa. Ambos os programas têm como objetivo a preservação da biodiversidade, a utilização responsável dos recursos florestais e a manutenção da qualidade do solo, do ar e da água. Além disso, avaliam a atuação das empresas no desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões impactadas (ABNT, 2007).

Além da questão do aquecimento global é importante garantir que na sua cadeia produtiva a madeira seja extraída de forma sustentável, com respeito aos direitos dos trabalhadores e a identidade das comunidades. Em outras palavras, existe a responsabilidade de garantir que a madeira exista sempre, que a riqueza que ela produz não empobreça as comunidades de onde ela é extraída e que haja sustentabilidade em toda a cadeia produtiva (ARAÚJO, 2013, p. 2).

A sustentabilidade tem se tornado uma referência positiva para o mercado mundial e os negócios de quem deseja se manter competitivo e com a marca forte. Os clientes mais exigentes não querem mais um produto apenas com bom controle de qualidade e que se ajuste nos padrões de suas máquinas quando for manufaturado; desejam que o produto possua rastreabilidade e selos que atestem sua origem desde a cadeia de custódia e que signifiquem segurança para a imagem também do comprador. Os complexos de manuseio da madeira plantadas ou nativas devem ser monitorados em cada etapa e possuir o selo que garanta sua origem sem causar degradação, prejuízo à biodiversidade consolidando a humanização ambiental em toda tomada de decisão.

Carbon Reduction Label é um selo concedido pela instituição britânica *Carbon Trust* através da norma ISO 14067 aos produtos que possuem sua Pegada de Carbono quantificada e verificada. Isso significa que todas as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) ocorridas durante o seu ciclo de vida (desde a produção da matéria-prima até a destinação final) foram calculadas. Esse selo impõe o comprometimento das empresas com a responsabilidade social, destacando-se da concorrência e

¹⁴ Cadeia de Custódia: Garante a rastreabilidade desde a produção da matéria-prima que sai das florestas até chegar ao consumidor final. Aplica-se aos produtores que processam a matéria prima de florestas certificadas.

demonstrando aos stakeholder o compromisso em reduzir as Pegadas de Carbono dos produtos certificados a cada dois anos (ISO TS, 2013).

Devido à problemática das alterações climáticas, causadas essencialmente pela elevada emissão de gases prejudiciais para o ambiente, hoje em dia muitas empresas já contabilizam suas emissões de gases de efeito de estufa, avaliando assim o impacto ambiental causado pela sua atividade. Para realizar esta avaliação é cada vez mais comum o uso do conceito pegada de carbono, que permite analisar as emissões diretas e indiretas dos gases de efeito de estufa produzidas durante o ciclo de vida de uma atividade (AMORIM, 2013, p. 15).

A principal função ao se calcular a Pegada de Carbono é quantificar dentro de cada ciclo da cadeia da matéria prima que está sendo ou foi produzida, o total de emissões do GEE diretos e indiretos visando reduzir cada vez mais sua emissão ano a ano, possibilitando obter um produto de qualidade e diminuindo sua emissão e os impactos na natureza. A procura por energia menos poluente e que estabeleçam um cenário de redução nas emissões de gases do efeito estufa dentro do processo produtivo tem se tornado um fator de competitividade dentro das empresas. A concorrência no mercado internacional entre as industriais tem forçado as empresas a trabalharem dentro de um padrão de exigência muito maior visando suprir a demanda dos clientes e das instituições governamentais e não governamentais com produtos menos poluentes e com selos que atestem seu compromisso com um mundo melhor e sustentável.

Traçando um perfil comparativo entres as normas da responsabilidade social utilizadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, destaca-se o fato da configuração das normas adotadas serem compatíveis e complementares em relação à outra, possibilitando a abrangência de todos os itens que devem ser implantados e monitorados para que a prática da responsabilidade social seja uma realidade e atinja seu objetivo. Aliado à preocupação da manutenção e constante prática da responsabilidade social em suas atividades, existem efetivas auditorias internas e uma política de responsabilidade corporativa que integram o aspecto social e ambiental ao econômico na avaliação do desempenho da Suzano Papel e Celulose visando à manutenção de um desenvolvimento sustentável através do diálogo e relacionamento direto com os stakeholders.

3.4 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

As empresas que estão aderindo ao projeto de responsabilidade social corporativa necessitam se adequarem a novas características por exigências normativas e do mercado. Segundo Schuartz e Carroll (2007 apud FREIRE, et. al. 2008, p. 14), adoção da RSC como estratégia configura-se como um conjunto de razões para que as empresas não utilizem o tema apenas como discurso, e se comprometam efetivamente com a sobrevivência e adaptabilidade aos novos tempos. Além do mais, o comportamento social corporativo apresenta-se como um elemento que causa modificações nas estratégias competitivas das empresas. Soma-se a isso que uma variedade de temas circundou as discussões da RSC, o que comprova a sua interdisciplinaridade e abrangência, indicando uma complexidade em se eleger um paradigma dominante que integre a relação negócios e sociedade.

A extensão da participação da empresa vai muito além da concessão de benefícios ou uma aproximação das comunidades, ela implica na decisão de numa mudança de comportamento e compromisso, de forma permanente equilibrada, para a contribuição de uma mudança social resultante da sua nova postura diante da sociedade. O foco principal está no desenvolvimento e na proposta de retomada das questões éticas tanto no âmbito interno das organizações como no seu relacionamento com o público externo, qual seja consumidores, clientes, fornecedores, Governo e acionistas, os chamados stakeholders (SOARES, 2004).

A responsabilidade social corporativa das empresas se estabelece como o alicerce onde estão em destaque, as características da sustentabilidade da imagem da empresa visando atingir seu equilíbrio. As características de ser plural, distributiva, sustentável e transparente / ética têm por finalidade nortear os passos da empresa dentro de novos valores a que está se inserindo.

Sua pluralidade ganha uma visão mais objetiva onde a empresa incorpora em suas ações a extensão das de prestar satisfações não apenas aos seus acionistas, mas sim a um mercado globalizado que monitoram seus passos. Seu foco de atenção deixa de ser somente no lucro, sendo necessárias sua interface e prestação de

contas junto aos stakeholders. Essas novas ações possibilitam a empresa ganhar a adesão de parceiros sociais em seus processos decisórios. Um diálogo mais participativo significa uma maior legitimidade social no diálogo com os stakeholders, como também uma mudança de comportamento da empresa (LIMA, 2009).

A sociedade civil organizada se mobiliza para exercer uma fiscalização constante sobre as ações das empresas. O governo aumenta o seu poder de fiscalização e controle sobre as corporações. Os acionistas demandam maior transparência dos investimentos feitos pelas empresas. A mídia, mais atenta aos problemas ambientais, sociais e econômicos, reaviva, repercute e alimenta os debates sobre os novos rumos da economia mundial. Os clientes, mais conscientes a respeito das questões ecológicas e suas repercussões sobre a qualidade de vida no planeta, fazem suas escolhas a partir de critérios sustentáveis e não somente com base em preços e prestígio das marcas e a funcionalidade dos produtos e serviços que lhes são ofertados no mercado pelas empresas. Os fornecedores e demais parceiros comerciais se integram ao processo de gestão sustentável em toda a cadeia produtiva e de negócios (MELO NETO; FROES, 2001, p. 41).

A abrangência da responsabilidade social nos negócios é passa a ser distribuída com alcance e aplicação em toda a cadeia produtiva. Todos os setores da empresa devem ser avaliados por fatores ambientais ou sociais. Assim como consumidores, empresas também são responsáveis por seus fornecedores e devem fazer valer seus códigos de ética aos produtos e serviços usados ao longo de seus processos produtivos (LIMA, 2009).

Os empresários estão se conscientizando de que a empresa não é somente uma unidade de produção e distribuição de bens e serviços que atendem a determinadas necessidades da sociedade, mas que deve atuar de acordo com uma responsabilidade social que se concretiza no respeito aos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida e da sociedade mais geral e na preservação do meio ambiente natural (DIAS, 2010, p.155).

Responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Todas as ações têm por obrigação a eliminação da escassez dos recursos naturais através da tomada de atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade. O processo de sustentabilidade da organização promove a imagem positiva da empresa no mercado, pois se fortalece através de parcerias duradouras além do ambiente em que está inserida, e por fim, leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais (LIMA, 2009).

Para Tachizawa (2010, p. 5):

Um dos maiores desafios que o mundo enfrenta neste novo milênio é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num quadro harmônico de regulamentação. O novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável e sustentável.

A globalização traz consigo demandas por transparência e ética em todas as atividades. Todo o monitoramento e ações relativas aos impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação de acidentes devem ser divulgadas nos relatórios sobre a performance social e ambiental das empresas. Os relatórios anuais servem como base para mensurar a performance da empresa nas diferentes modalidades possíveis.

Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas muitos preveem que relatórios socioambientais serão compulsórios num futuro próximo (LIMA, 2009).

Uma empresa socialmente responsável é aquela que respeita seus compromissos com seus empregados, acionistas e parceiros que exercem uma gestão ética, transparente e responsável de seus negócios. Uma empresa socialmente responsável também é aquela que cumpre com suas obrigações para com o governo e que atua como agente de desenvolvimento sustentável, de fomento da cidadania e promotora da qualidade de vida e do desenvolvimento individual e coletivo das diversas comunidades com as quais manterá vínculos com a sociedade como um todo (MELO NETO; BRENNAND, 2004, p. 8).

Várias grandes empresas do cenário mundial aderiram à prática da responsabilidade social em suas estruturas. No Brasil, ISTO É DINHEIRO (2012) mostra como algumas das 50 mais destacadas empresas do País inseriram em seus negócios a responsabilidade social e ambiental.

3.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA SUZANO PAPEL E CELULOSE PELO INSTITUTO ETHOS

Praticar a responsabilidade social dentro do processo industrial para um mercado globalizado e cada vez mais exigente e com o processos seletivos e sustentáveis,

exigiu que as empresas criassem departamentos específicos e filiações a institutos especializados visando mensurar o grau de responsabilidade social praticado pela empresa, permitindo que essas pontuações servissem como referência para a criação de estratégias e programas de práticas efetiva e com resultados da responsabilidade social.

Com o desenvolvimento e o crescimento da responsabilidade social no mundo, diversos indicadores em conformidade com seus estágios e as respectivas leis, foram criados visando sua medição. As respectivas leis englobam temas como guias para a ação social, normas, pesquisas, questionários, relatórios, balanços destinados a medir o grau de responsabilidade social das empresas. No Brasil, a responsabilidade social é medida pelo Instituto Ethos (KARKOTLI, 2006).

Entre 1998 e 2008, o Instituto Ethos teve a adesão de aproximadamente 1.200 pequenas, médias e grandes empresas com o objetivo de ajudá-las a administrar seus negócios de uma maneira socialmente responsável no Brasil. A totalidade dessas empresas, atualmente, resultam em aproximadamente 35% do PIB brasileiro, com geração de emprego na faixa de 2 milhões de pessoas (AGUILAR-PLATA; RAUFFLET, 2010).

Em julho de 2000 são apresentados os Indicadores Ethos de responsabilidade social e empresarial como ferramenta de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social pelas empresas. Sua função é medir o grau de responsabilidade social das empresas através de questionário constituído com diversos indicadores visando estabelecer o patamar de comprometimento dessas empresas com a sociedade. Este instrumento permite, em caso de consentimento, que as empresas monitorem o processo de gestão da responsabilidade social de seus clientes e fornecedores, visando estimular e facilitar a cadeia de valor das empresas comprometidas (KARKOTLI, 2006).

Os indicadores Ethos de Responsabilidade Social são uma ferramenta de autoanálise que permitem a avaliação anual das empresas, visando medir o desempenho das instituições, através de pontuação e notas atribuídas ao relatório

de diagnóstico respondido, possibilitando a comparação de sua performance com as empresas que obtiveram as dez maiores notas no período pesquisado, comparando-se a um benchmark (ZARPELON, 2006).

Os indicadores estão estruturados em questionários distribuídos em sete temas, com quarenta subtemas distribuídos dentro dos temas, com a finalidade de estruturar a empresa dentro das diferentes variáveis analisadas, estabelecendo como a instituição pode melhorar seu desempenho específico dentro destas variáveis. Cada indicador (ANEXO-A) é composto por uma questão de profundidade, questões binárias e questões quantitativas. As questões de profundidade contem quatro quadros, onde somente um pode ser assinalado, e avalia o estágio em que a empresa se encontra dentro dessa prática. Caso a empresa não assinale nenhuma das respostas ela deve justificar. A questão binária é composta de “Sim ou Não” e ajudam quais práticas devem ser incorporadas à gestão de negócios. A questão quantitativa propõe o levantamento sistemático de determinados dados, para futura comparação (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Os setores já contemplados com indicadores próprios são: o de distribuição de energia elétrica, desde 1999; o de panificação e o de restaurantes e bares, em 2002; o financeiro, o de mineração e o de papel e celulose, desde 2003; o de transporte de passageiros terrestres, o de petróleo e gás, o da construção civil e o de varejo desde 2005 (INSTITUTO ETHOS, 2007).

As variáveis são importantes itens a serem utilizados como referência no preenchimento e elaboração dos indicadores Ethos. Sua estruturação está baseada em sete temas: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidades e governos sociedade, com alto grau de relevância para a aplicação de questionários nas empresas. Dentro destes temas, existem subtemas que exprimem e fortalecem cada tema, conforme serão descritos a seguir:

1) Valores, Transparência e Governança

a) Auto regulação da conduta:

- Compromissos éticos.
- Enraizamento na cultura organizacional.
- Governança corporativa.

A cultura da Organização deve estar sustentada por princípios que evidenciam a qualidade e estrutura das suas ações, desde a tomada de decisões estratégicas e cotidianas até o relacionamento com seus públicos. As Empresas devem direcionar seus compromissos de forma ética e edificados em valores sustentáveis, disseminado sua preocupação com os stakeholders através da prestação de contas à sociedade, transformando a transparência em um pilar que garante o nível de confiança entre todas as partes interessadas (INSTITUTO ETHOS, 2013).

b) Relações transparentes com a sociedade

- Diálogo e engajamento com as partes interessadas (*Stakeholders*).
- Relações com a concorrência.
- Balanço social.

Os colaboradores são a principal engrenagem dentro da organização. As divulgações das informações devem ser compartilhadas e assimiladas pelos colaboradores. Ferramentas como a pesquisas de clima organizacional e o balanço social são importantes medidores do conhecimento da cultura e dos compromissos éticos na interface das empresas com os diversos públicos, seja na comunidade, no público interno, os stakeholders ou a concorrência (INSTITUTO ETHOS, 2013).

2) Público Interno

a) Diálogo e participação:

- Relações com sindicatos.
- Gestão participativa.

Nos tempos atuais o diálogo se estabelece como um elo de sucesso nas relações das organizações. A capacidade de dialogar com o público interno inclui práticas específicas para diferentes esferas. Recentemente as relações entre empresas e sindicato deixaram de ser tensas, pois foram criados canais efetivos de comunicação, com a transmissão de informações sobre condições de trabalho, dados financeiros e objetivos estratégicos que atinjam os trabalhadores.

A criação de mecanismos que valorizem e conceda prêmio pelo bom desempenho dos funcionários, aliado à bonificação da participação nos resultados e a eleição de colaboradores como representante dos empregados, tem-se traduzido em uma gestão participativa com aumento do lucro das empresas. (INSTITUTO ETHOS, 2013).

b) Respeito ao Indivíduo:

- Compromisso com o futuro das crianças.
- Compromisso com o desenvolvimento infantil.
- Valorização da diversidade.
- Compromisso com a não discriminação e promoção da equidade racial.
- Compromisso com a promoção da equidade de gênero.
- Relações com trabalhadores terceirizados.

As empresas não podem estar preocupadas somente na forma da remuneração mensal e nos benefícios do plano de saúde para seus colaboradores. Uma relação aberta, sem a perda da hierarquia, tem contribuído para o crescimento das relações e da produtividade. O relacionamento com o público interno deve ser saudável e ético. Discutir com os funcionários propostas para contenção, redução de despesas, evolução dos conhecimentos, treinamentos e intercâmbios, pode representar uma solução favorável para a empresa e funcionários (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Um comportamento organizacional ético é também composto por duas preocupações fundamentais: programas que demonstrem o compromisso com o futuro dos jovens e adolescentes. A valorização da diversidade passa pelo desenvolvimento de políticas estruturadas com visão de futuro, visando mobilizar e

criar projetos que capacitem e integrem os filhos de funcionários e terceiros em treinamento que interajam com os princípios a empresas gerando mão de obra especializada na área de convivência, com processos seletivos, justo e sem discriminação (INSTITUTO ETHOS, 2013).

c) Trabalho decente:

- Política de remuneração, benefícios e carreira.
- Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho.
- Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade.
- Comportamento nas demissões.
- Preparação para aposentadoria.

A legislação atual referente a assuntos envolvendo temas como saúde, segurança e condições de trabalho têm evoluído bastante, e resguardado os direitos dos trabalhadores. A carga horária adequada da jornada de trabalho e uma remuneração justa tem fator preponderante na relação entre a empresa, funcionário e a família. A empresa socialmente responsável também deve orientar seus colaboradores e prepará-los para a aposentadoria, criando campanhas e programas internos de conscientização e adesão ao plano de previdência privada da empresa ou externa, como uma visão da preocupação social da empresa após o colaborador se aposentar.

O desligamento de colaboradores deve obedecer a critérios justos, e a preocupação da empresa deve transpor as barreiras interna gerando programa de assistência ao colaborador desligado e sua recolocação no mercado, desde que sua saída tenha ocorrido pela redução de quadro (INSTITUTO ETHOS, 2013).

3) Meio Ambiente

a) Responsabilidade com as gerações futuras:

- Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental.
- Educação e conscientização ambiental.

Uma gestão ambiental responsável estabelece procedimentos, parâmetros e treinamento para toda a unidade fabril como forma de conscientização, monitoramento, controle dos impactos ambientais dos produtos e serviços em toda cadeia produtiva (INSTITUTO ETHOS, 2013).

b) Gerenciamento do impacto ambiental:

- Gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços.
- Sustentabilidade da economia florestal.
- Minimização de entradas e saídas de materiais.

A sustentabilidade ambiental passa pelo comprometimento da empresa na implantação de programas de melhoria ambiental, a criação de comitês responsáveis pela administração das ações ambientais e o desenvolvimento de novos negócios, aliados a um bom planejamento. No que se refere à minimização de entradas e saídas de insumos e materiais na empresa, todo planejamento da cadeia produtiva deve conter procedimento e normas que demonstrem a efetiva preocupação da empresa, através de programas para reduzir consumo de água, energia, produtos tóxicos e matérias-primas, projetos de reutilização de resíduos pela própria empresa ou por terceiros e estratégias e compensação ambiental e a responsabilidade sobre o ciclo de vida de produtos e serviços (INSTITUTO ETHOS, 2013).

4) Fornecedores

a) Seleção, avaliação e parceria com fornecedores:

- Critérios de seleção e avaliação de fornecedores.
- Trabalho infantil na cadeia produtiva.
- Trabalho forçado (ou análogo ao escravo) na cadeia produtiva.
- Relações com trabalhadores terceirizados.
- Apoio ao desenvolvimento de fornecedores.

A relação que a empresa estabelece com os fornecedores pode revelar o grau de seu comprometimento com a responsabilidade social. Os fornecedores deixaram de ser um personagem que vendem e entregam materiais para a empresa. No escopo atual da responsabilidade social das empresas, eles passam a ser uma parte da engrenagem que movimento esta estrutura. Sua imagem e comprometimento estão sempre em evidência e avaliação quanto à aplicabilidade dos procedimentos e normas das empresas (INSTITUTO ETHOS, 2013).

A gestão moderna e as leis são pilares que não permitem mais o fornecimento de matéria prima proveniente de mão de obra escravagista ou de alienação de menores. As empresas adotam cláusulas claras e específicas de proibição da prática nos contratos de fornecimento como forma seletiva de fornecedores (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Em processos de terceirização, as empresas devem garantir o cumprimento da lei e benefícios mínimos aos trabalhadores, pois passam a serem solidárias com as empresas. Proceder à terceirização deixa de ser um procedimento para reduzir custos, e se torna uma extensão da obrigação da empresa com os terceirizados (INSTITUTO ETHOS, 2013).

5) Consumidores e Clientes

a) Dimensão social do consumo:

- Política de comunicação comercial.
- Excelência do atendimento.
- Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços.

O marketing e a comunicação da empresa são elementos estratégicos e imprescindíveis na divulgação e prática da preocupação com a responsabilidade social. A criação de política formal de comunicação alinhada aos valores e princípios das empresas é estratégica para o alcance da comunidade interna e externa e na aproximação com os clientes e consumidores (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Implantar procedimentos que busquem conhecer o cuidado no tratamento aos consumidores, a busca de soluções para problemas e assimilação de sugestões compõem um quadro que pode contribuir para o aperfeiçoamento das ações do atendimento. A sociedade passou a ser mais seletiva e crítica em relação ao efeito dos produtos e serviços que as empresas disponibilizam no mercado. Isso traduz um passo importante para a criação de uma cultura ética e socialmente responsável com os consumidores e clientes (INSTITUTO ETHOS, 2013).

A divulgação de possíveis riscos potenciais e suas medidas preventivas ou corretivas para os parceiros comerciais demonstra a preocupação da empresa para com os parceiros comerciais. É necessária a atualização da tecnologia na busca de produtos mais eficientes, seguros e com menos riscos à saúde do consumidor e cliente (INSTITUTO ETHOS, 2013).

6) Comunidade

a) Relações com a comunidade local:

- Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno.
- Relações com empresas locais.

Um ponto importante que deve ser tratado pela empresa é o impacto produzido por suas atividades nas comunidades do seu entorno. É importante conhecê-lo e possuir processos estruturados para registrar queixas e reclamações; promover reuniões sistemáticas para informar lideranças locais sobre providências, disponibilizar informações sobre impactos atuais e futuros de suas atividades, envolvendo a comunidade na resolução dos problemas e criar comitês com a participação de lideranças locais para análise de seus processos, produtos e monitoramento de impactos são apenas alguns exemplos de práticas eficazes na criação de laços sólidos e duradouros com a comunidade de entorno (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Na busca da avaliação do desempenho e uma aproximação maior com as comunidades do entorno, é necessário um canal aberto de diálogo com as entidades

e organizações atuantes na comunidade, visando conhecer as necessidades e projetos sociais a serem implantados. Diante das necessidades da comunidade, traça-se um orçamento, com critérios estabelecidos, que terão conhecimento dos funcionários e gestão de um comitê antes da sua destinação final. Isto traz fortalecimento, parceria e abre caminhos estratégicos e reduzir conflitos decorrentes da atividade (INSTITUTO ETHOS, 2013).

b) Ação social:

- Financiamento da Ação Social.
- Envolvimento com a ação social.

É importante focalizar o trabalho social alinhado com as atividades da empresa na busca do desenvolvimento de novas metodologias, em estratégias de capacitação de recursos humanos para a área social e na disseminação de experiências bem-sucedidas. A formação de mecanismos como a rede de ação social fortalece as políticas públicas da instituição. A empresa pode interagir e se envolver nas atividades de ação social através de suporte financeiro na implantação de projetos, ou através do apoio de recursos humanos e fornecedores (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Uma política sólida de voluntariado desenvolvida dentro da empresa aproxima o colaborador das comunidades, expressando seu comprometimento com a instituição onde trabalha e seu potencial de liderança e ajuda comunitária. O estabelecimento de sólidos laços com a comunidade torna-se ainda mais efetivo e completo com o reconhecimento e o apoio ao trabalho voluntário (INSTITUTO ETHOS, 2013).

7) Governo e Sociedade

a) Transparência política:

- Contribuições para campanhas políticas.
- Construção da cidadania pelas empresas.
- Práticas anticorrupção e antipropina.

Uma das ações mais importantes da empresa com a sociedade é seu comportamento éticos e posicionamento político nos períodos eleitorais. Quando da destinação de recursos, a transparência com o pulico interno é um dos princípios mais importante que nortearão esta relação. As regras devem ser bem claras; o valor e acesso a todas as informações deve ser livre para o público interno.

Com regras éticas e transparentes e procedimentos formais de controle, punição e auditoria, elimina-se a possibilidade de práticas de corrupção e favorecimento durante o exercício do mandato (INSTITUTO ETHOS, 2013).

b) Liderança social:

- Liderança e influência social.
- Participação em projetos sociais governamentais.

A atuação das empresas deve ser resultante do efetivo trabalho de defesa do setor ou de causas de caráter público, que a afetem. A participação deve ser precedida de causa que justifiquem benefícios sociais (INSTITUTO ETHOS, 2013).

3.6 INDICADORES SOCIAIS DE MEDIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O índice de desenvolvimento humano municipal foi uma adaptação do IDH¹⁵ existente. Possuem princípios semelhantes, mas funções diferentes, pois o IDH proposto pelo PNUD¹⁶ e calculado há alguns anos, possui foco em países e regiões. O novo índice foi denominado Índice Municipal de Desenvolvimento Humano e é designado pela sigla IDH-M¹⁷, reservando a denominação Índice de Desenvolvimento Humano e a sigla IDH exclusivamente para os índices calculados segundo a metodologia padrão do PNUD (SILVA; MOURA; ROSS, 2011).

¹⁵ IDH: Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

¹⁶ PNUD: O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é o órgão da Organização das Nações Unidas que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo.

¹⁷ IDHM: índice de desenvolvimento municipal que mede o desenvolvimento humano em uma determinada unidade geográfica.

O IDHM foi criado para se adequar dentro da realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios. Nesta configuração, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país, por exemplo.

A base de sustentação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está em mensurar o nível de desenvolvimento humano a partir de três indicadores: educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Conforme verifica-se na Figura 1, o valor estabelecido para a avaliação do crescimento e desenvolvimento humano municipal tem índice com variação de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Dentro desta faixa, mensurasse que cidades com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado muito baixo; as cidades com índices entre 0,500 e 0,599 são consideradas de nível baixo; as cidades com médio desenvolvimento humano estão situadas entre a faixa de 0,600 a 0,699; para ser considerada uma cidade com nível alto é necessário obter pontuação entre 0,700 a 0,799, e as cidades com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado muito alto (PNUD, 2013).

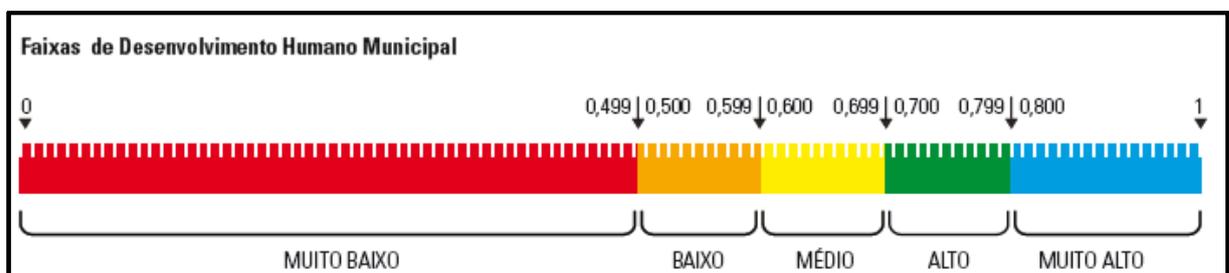


Figura 01 – Faixas de medidas do desenvolvimento humano municipal (PNUD). Fonte: PNUD 2013.

Bauer (1966 apud Rattner, 2003, p. 8) define indicadores sociais como:

Uma informação que nos permite avaliar aonde vamos e onde estamos, com relação aos nossos objetivos e valores, servindo inclusive, para avaliar programas de ação e seu alcance. Indicadores sociais seriam, portanto, estatísticas aptas a medir os elementos atinentes à condição social e do bem-estar dos diversos segmentos da população, se possível, ao nível dos indivíduos e não de agregados, inclusive a evolução desses elementos no tempo.

O potencial de mensuração da educação, longevidade e renda tem a mesma dimensão no IDH e no IDHM, porém, alguns indicadores utilizados são diferentes para o contexto. O IDHM tem caráter e adequação para avaliação de condições de núcleos sociais de menor dimensão (PNUD, 2013).

A educação é tratada como peça fundamental visando expandir e desenvolver as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação tem o significado de construção de confiança e melhora da autoestima, da autonomia e o exercício das liberdades individuais, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.

Sua dimensão está baseada em dois indicadores: o grau de escolaridade da população adulta medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. As ações tomadas visam o acompanhamento da população que estão em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Esse monitoramento facilitará aos gestores identificar se as crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação (PNUD, 2013).

Dentro desta conjuntura incluem-se os alunos que estão cursando o supletivo, tanto de primeiro como de segundo graus, alunos em classe de aceleração e extensão universitária. O Ministério da Educação estabelece como meta que caso não ocorra

atraso na sequência estudantil, o ciclo educacional se completará aos 14 anos de idade, tomando como base que o aluno já estará alfabetizado com 15 anos de idade (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

A dimensão Longevidade estabelece que ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A finalidade maior está em evitar a morte prematura através da promoção do desenvolvimento humano e a ampliação de outras variáveis que visem a garantia de um ambiente saudável para todos, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.

Sua mensuração se determina pela expectativa de vida ao nascer, através de cálculo por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. O indicador para o índice da longevidade mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade (PNUD, 2013).

A longevidade é avaliada pela expectativa ou esperança de vida ao nascer, traduzido em indicador que mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinada localidade, no ano de referência, tem probabilidade para viver, estabelecendo-se que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes. Toma como fatores de referência, as condições de saúde e salubridade da localidade em análise, confrontando que, quanto mais mortes ocorrerem nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida nela observada (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

A renda se traduz na figura central de tudo que é essencial para acessarmos as necessidades básicas como água, comida e abrigo, e visa elevar e superar essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e o exercício de liberdades. A renda pode ser uma solução ou também uma limitação dentro das alternativas da vida, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Utiliza-se a renda per capita municipal para a avaliação da dimensão da renda local, tomando como base a renda média de cada residente no município. Essa equação torna-se viável somando-se a renda de todos os residentes e dividindo-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero) (PNUD, 2013).

Os índices da renda, educação e longevidade são variáveis determinantes para se medir as etapas do desenvolvimento humano dos municípios e se suas metas estão dentro do planejado pelo governo ano a ano. Não se notabiliza apenas em medir o crescimento populacional como uma visão monetária; sua abrangência se estende para os laços de raízes da população, tais com a cultura, política e o social como variáveis determinantes para causar efeito na qualidade da vida humana.

4. OS PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS BENEFÍCIOS PARA AS COMUNIDADES DO EXTREMO SUL DA BAHIA

4.1 AS POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Representam a preocupação e a responsabilidade da empresa em desenvolver produtos com metas, diretrizes e políticas dentro de padrões de sustentabilidade, difundindo e incorporando essa filosofia em toda a instituição valorizando o ser humano.

As Políticas de Responsabilidade Corporativa da empresa em questão são atividades desenvolvidas a partir do conceito de sustentabilidade que integra os aspectos social e ambiental ao econômico na avaliação do desempenho da empresa. “Essa Política é parte integrante da filosofia da gestão que tem como visão uma estrutura contínua que harmonize a criação de valor com a dignificação do ser humano”. Dessa forma, contando com o compromisso da alta administração e com objetivos e metas alinhados ao planejamento estratégico, é premissa da empresa buscar continuamente um padrão superior de atuação, partindo das melhores práticas de mercado, respeitando as normas e legislação pertinentes e os códigos que a empresa subscreve (SUZANO, 2014).

É compromisso compartilhar essa política e suas práticas com os stakeholders. No cenário de clareza e objetividade, canais de comunicação interativos são mantidos de forma a possibilitar um diálogo aberto entre todos. Suas diretrizes estão pautadas três pilares: qualidade, meio ambiente e responsabilidade social, saúde e segurança, que se integram e se completam no fortalecimento da política praticada pela empresa.

A missão de desenvolver uma política de qualidade equilibrada se potencializa pela prática constante da melhoria contínua dos processos, valorizar os colaboradores e parceiros, conhecimento sobre o negócio dos clientes e seus mercados, assistência ao cliente para maximizar os resultados pela utilização dos produtos e serviços que a empresa oferece (SUZANO, 2014).

A metodologia consolidada para o meio ambiente se caracteriza pelo resultado da contribuição para o desenvolvimento econômico e social, em harmonia com a preservação ambiental, prevenção da poluição desde a pesquisa, o desenvolvimento e estímulo de ações de educação ambiental, a busca da sustentabilidade dos recursos hídricos, da atmosfera, do solo e da biodiversidade e o desenvolvimento de programas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais nas áreas sob influência da empresa (SUZANO, 2014).

Na etapa da responsabilidade social, saúde e segurança os projetos visam maximizar os compromissos da empresa através da implementação de produtos e serviços que atendam aos requisitos da SA 8000, desenvolvam continuamente os colaboradores para práticas socialmente responsáveis dentro e fora da empresa, garanta a livre negociação sindical e o direito à negociação coletiva, incentivem e estimulem fornecedores e parceiros a adotarem práticas socialmente responsáveis, repudiem em toda a cadeia produtiva a utilização de mão-de-obra infantil, trabalho forçado e compulsório e atuar de forma efetiva para prevenir o assédio moral e sexual, todos os colaboradores e aqueles prestadores de serviço devem ser desenvolvidos e capacitados em programas de prevenção de acidentes e práticas seguras, que exista a garantia de recursos, instalações e condições adequadas a todos os colaboradores e aos prestadores de serviço que atuem nos processos internos da organização, para execução do trabalho com saúde e segurança como valores insubstituíveis dentro da empresa (SUZANO, 2014).

4.2 PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

O contexto socioambiental verificou que a empresa em questão consolidou um investimento de aproximadamente 6 milhões de reais para o ano de 2014, fundamentado nos índices do Plano Diretor de Sustentabilidade. Sua estratégia norteadora reúne direcionadores que devem ser seguidos no cenário ambiental, social, econômica, governança, inovação e comunicação. Para conhecer mais de perto as necessidades sociais das comunidades, a empresa realiza um diagnóstico social através de consultoria especializada para fazer o levantamento dos

indicadores primários sobre a composição da renda, infraestrutura, educação e saúde de cada município, que identificam oportunidades de atuação no que diz respeito aos investimentos sociais através de comparativo do IDHM dos municípios nos últimos anos e qual sua evolução (SUZANO, 2014).

Conforme Relatório Social (2011) verificou-se que os projetos socioambientais da empresa tem como base de avaliação o relacionamento com as comunidades e o investimento em projetos sociais que respeitem e valorizem a cultura local, e estão baseados em cinco programas: educação, geração de renda, cultura, educação ambiental e meio ambiente. Estes programas de responsabilidade social têm como ponto principal, atender, desenvolver e fortalecer as dezesseis comunidades vizinhas da empresa, localizadas no Extremo Sul da Bahia, Norte do Espírito Santo e Minas Noroeste de Minas Gerais, estabelecendo uma estrutura de equilíbrio e parceria entre as partes.

Em 2012, como identificado no Relatório Sustentabilidade (2012) foram criadas dispositivos de avaliação e mapeamento das comunidades, como a Suzano em Campo, Sistema de Partes Interessadas (Sispart), Inventário de Caracterização de Comunidades Tradicionais (ICTT) e o Suzano Responde, que foram desenvolvidas e apropriadas com foco em conhecer, identificar e atender as necessidades básicas das comunidades. São canais interativos de comunicação que a empresa tem, baseada nos melhores instrumentos disponíveis, que garantem assistência aos projetos em desenvolvimento ou já implementados. A estratégia é ter um diagnóstico o mais preciso possível para viabilizar o suporte e assistência.

Dentro dos programas socioambientais da empresa, os projetos em desenvolvimento para a área da educação contemplam: educar e formar, inclusão digital, educação pelo esporte, centro educacional golfinho e bibliotecas comunitárias ler é preciso. O projeto tem o objetivo de melhorar o ensino fundamental combatendo os principais problemas da educação pública: analfabetismo, defasagem de idade e série, e abandono escolar, além da formação e capacitação de professores, visando qualificar os membros das comunidades para oportunidades de trabalhos futuros. Verificou-se ainda que os programas também

auxiliam na adequação da infraestrutura de escolas públicas municipais, onde já foram reformadas mais de 120 escolas. Através dos projetos de educação, cerca de 300 escolas já foram atendidas, 218 mil alunos foram beneficiados e houve melhoria do IDEB¹⁸ (SUZANO, 2014).

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Ano	Alcobaça		Caravelas		Ibirapuã		Lajedão		Mucuri		Nova Viçosa		Teixeira Freitas	
	Meta	Real	Meta	Real	Meta	Real	Meta	Real	Meta	Real	Meta	Real	Meta	Real
2007	3,0	3,0	2,9	2,8	2,9	3,3	3,4	3,9	3,0	3,0	3,0	2,9	3,5	3,5
2009	3,4	3,7	3,3	3,3	3,2	5,0	3,7	4,3	3,3	3,3	3,4	3,7	3,8	3,9
2011	3,9	4,1	3,7	3,5	3,6	4,3	4,1	4,9	3,7	4,5	3,8	3,8	4,2	4,2
2013	4,3	4,4	3,9	3,9	3,9	4,4	4,4	4,7	4,0	3,6	4,1	4,4	4,5	4,4

Fonte: Adaptada do IDEB (2014).

Conforme Tabela 5, no IDEB, todos os municípios tem meta estipuladas a serem confrontadas com a meta realizada por eles. Na Tabela em questão, os municípios sob a área de atuação da empresa apresentam evolução na rede público-privada de ensino atingindo e até superando as metas estipuladas para o crescimento educacional na região. O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil)¹⁹ e no fluxo escolar (taxa de aprovação tomando como referência 100 alunos).

Tomando como amostra o município de Mucuri para o IDEB, constata-se que os anos de 2007 a 2009 a variável “real” (3,0 e 3,3) ficou equivalente a variável “meta” (3,0 e 3,3) estipulada para o município, o que representa uma nota média (4,59 e 4,56) no “aprendizado de português e matemática”, e índice de “fluxo escolar” (não aprovados) de 35 e 28 alunos entre cada 100 (Tabela 5).

No ano de 2011 ocorreu crescimento da variável “real” (4,5), em relação à variável “meta” (3,7). Os fatores que contribuíram para esta melhora na performance estipulada para o município, foi o aumento na nota média (4,84) no “aprendizado de

¹⁸ IDEB: Índice de desenvolvimento da educação básica

¹⁹ PROVA BRASIL: É uma avaliação censitária que engloba os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados. Procura avaliar o aprendizado realizado ao longo da trajetória escolar do aluno.

português e matemática”, e redução no índice “fluxo escolar”, onde numa amostragem entre 100 alunos, apenas 8 alunos não obtiveram aprovação.

Analisando ainda a Tabela 5, o ano de 2011 apresentou diminuição da variável “real” (3,6), em relação à variável “meta” (4,0). Esta performance estipulada para o município, foi prejudicada pela diminuição na nota média (4,30) no “aprendizado de português e matemática”, e aumento no índice “fluxo escolar”, onde numa amostragem entre 100 alunos, 16 alunos não foram aprovados.

No contexto da geração de renda a implementação de projetos que valorizam as famílias das comunidades locais tem proporcionado uma reestruturação visando eliminar riscos de êxodo rural e mitigar o poder aquisitivo, promovendo a auto-organização das comunidades em associações de produção agrícola, resgatando tradições culturais de cultivo e mostrando a importância da união das comunidades para o crescimento conjunto, estimulando a agricultura de subsistência e o cooperativismo, como o programa Agricultura Comunitária. Os projetos em desenvolvimento para a área de geração de renda são: agricultura comunitária, cooperana, fruticultura, apicultura, piscicultura, formas da natureza (SUZANO, 2014). Com base no Relatório Social (2011) verifica-se que alguns projetos são promovidos em parceria com o setor privado, e estimula a cultura da segurança alimentar em cerca de 300 famílias. A função do programa é a geração de renda e formação profissional focando o desenvolvimento regional.

Pautada no vetor de que a empresa deve valorizar e respeitar a cultura do meio onde vive, verificou-se que vários projetos são desenvolvidos na manutenção, resgate e desenvolvimento das potencialidades da cultura local. A criação de projetos como o centro cultural golfinho, valorização cultural, arte cidadã, cine tela Brasil e oficina tela Brasil possibilitam a melhora da qualidade de vida dos moradores das comunidades de convivência e o apoio aos projetos culturais que estimulam a consciência (SUZANO, 2014).

Identificou-se ainda a existência de oficinas gratuitas, que tem o papel de valorizar a prática da cidadania com reciclagem, inclusão social por meio da valorização da cultura regional, do aprendizado de informática, de aulas de canto, capoeira,

percussão, instrumentos musicais, arte circense, cine itinerante, prática cinematográfica, dentre outros.

Ainda com relação ao campo cultural relativo ao meio ambiente, os projetos sementeira e trilha marcam a preocupação com o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio e clareza no relacionamento com as comunidades, tendo o caráter de buscar práticas de preservação do meio ambiente através da implantação da cultura e educação ambiental com práticas ecologicamente corretas (SUZANO, 2014).

Proteger a biodiversidade, conservar os recursos naturais e garantir o futuro das próximas gerações é meta da empresa. Foi identificada em seus relatórios, a preocupação em manter o remanescente de matas nativas, a restauração de áreas degradadas na época do desmatamento do Extremo Sul da Bahia, a preservação da flora e fauna, e a recuperação de mananciais que estão dentro da sua área de atuação se constituem em efetivo planejamento e compromisso. Toda a estrutura interna possui suporte, estudos e parcerias com instituições governamentais e universidades conceituadas nos projetos aplicados (SUZANO, 2014).

No Relatório Social (2011) as áreas de preservação representam cerca de 40% do total das áreas que a empresa possui, e compreendem áreas de preservação permanente, reservas legais e outras áreas destinadas à conservação. Atualmente a empresa possui 90 mil hectares de áreas naturais (abrange os estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais). Destas áreas apenas 4,8 mil hectares necessitam de restauração. Para isso, a empresa adota programa de recomposição da floresta natural na região, utilizando diferentes técnicas como plantio de espécies nativas da Mata Atlântica. Imagens de satélite são utilizadas para orientar o planejamento do programa. Ainda neste relatório foi constatado que no ano de 2011 a empresa realizou atividades de restauração em 500 hectares de áreas de reserva legal e preservação permanente.

As FAVC²⁰ são locais com características ambientais de relevante importância ecológica com presença de espécies ameaçadas de extinção, capazes de promover

²⁰ FAVC: Florestas de alto valor de conservação

serviços ambientais à região e com ecossistemas raros existentes dentro das áreas de manejo. Verificou-se que atualmente, a empresa em questão possui 8,5 mil hectares de áreas prioritárias cujos atributos devem ser conservados. Estas FAVC são monitoradas constantemente e, se necessário, são realizadas ações para garantir sua sustentabilidade (SUZANO, 2014).

Identificou-se que a empresa tem apoiado estudos com universidades conceituadas e institutos especializados no monitoramento da flora e fauna. Isto tem possibilitado a manutenção das áreas e espécies existentes, algumas na lista de espécies ameaçadas de extinção, bem como a regeneração natural das áreas de preservação, e o incremento da flora e avifauna local. (SUZANO, 2014).

Verificou-se também que a empresa em questão realiza o monitoramento da quantidade de água diariamente entrada (chuva) e a saída (escoamento) das microbacias, afim de verificar as possíveis influências do manejo florestal na qualidade e quantidade da água em seis microbacias distribuídas dentro das áreas de atuação da empresa. Através do monitoramento da qualidade, é possível compor o Índice de Qualidade de Água (IQA)²¹ (SUZANO, 2014).

4.3 RESULTADOS DOS INDICADORES ETHOS DE PERFORMANCE PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL PRATICADA PELA EMPRESA

As práticas de responsabilidade social da empresa são expressas, avaliadas e medidas na sua profundidade e abrangência. Tem perfil de auto avaliação pela empresa, sem caráter de restrição ou certificação. Seu objetivo é auxiliar a empresa no desenvolvimento e prática da responsabilidade social. Os índices do Instituto Ethos são do ano de 2009, última avaliação da empresa feita pelo órgão avaliador. Conforme a Tabela 6, na avaliação dos valores apurados internamente na empresa comparando com a média do grupo de benchmark, os temas Meio Ambiente e Comunidade obtiveram nota 9,29 e 8,63 pontuando próximo às notas apresentadas no mesmo tema para o grupo de benchmark (9,76 e 9,07). Os temas Valores,

²¹ IQA: Índice de qualidade de água

Transparência e Governança, Fornecedores, Consumidores e Clientes obtiveram nota 9,83, 9,79 e 9,96 acima da média de benchmark para os temas (9,36, 9,45 e 9,63), configurando a empresa como referência no setor de papel e celulose (ETHOS, 2009).

Os temas Público Interno e Governo e Sociedade obtiveram notas 6,74 e 6,28 apresentando uma performance entre 22 e 31% abaixo do tema para o grupo de benchmark (8,67 e 9,06). No entanto, estes dois temas, no perfil comparativo com a média do banco de dados Ethos, estão muito acima do objetivo (3,87 e 3,48) (ETHOS, 2009).

Na linha da performance geral, que mede a média das notas de todos os temas, a nota da empresa 8,65 representa que a empresa está 6,8% abaixo da média geral do grupo de benchmark (9,28), uma diferença relativamente pequena por estar próximo do topo do benchmark. No entanto, no comparativo da nota da empresa na performance geral (8,65) com a média do banco de dados Ethos (4,02), ela está 115% acima da média do banco de dados Ethos, estabelecendo grande avanço nas práticas empregadas em relação ao mercado. No cenário entre as notas da empresa e a média de notas do banco Ethos para os 7 temas descritos na planilha 6, constata-se que as notas obtidas pela empresa estão muito acima do cenário médio do Instituto Ethos (ETHOS, 2009).

Tabela 6 – Ethos - Performance da Suzano x Grupo Benchmark x Média banco dados Ethos

Tema	Nota da empresa	Média grupo Benchmark	Média banco dados Ethos
Valores, Transparência e Governança	9,83	9,36	4,37
Meio Ambiente	9,29	9,76	3,96
Consumidores e Clientes	9,96	9,63	5,49
Fornecedores	9,79	9,45	3,63
Comunidade	8,63	9,07	3,34
Público Interno	6,74	8,67	3,87
Governo e sociedade	6,28	9,06	3,48
Performance geral	8,65	9,28	4,02

Fonte: Adaptada do ETHOS (2009).

4.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NAS COMUNIDADES SOB A INFLUÊNCIA DA EMPRESA

No ano de 1991 o IDH médio do estado da Bahia foi de 0,386 e os municípios com a presença da Suzano apresentaram IDHM médio de 0,322 (Tabela 7). Estes índices indicam que o estado da Bahia e os municípios citados estão classificados na faixa “muito baixo” conforme Figura 1. Este índice leva em consideração as variáveis de longevidade, saúde e renda da população. Destaca-se que nesta época nenhum dos municípios listados apresentavam IDHM igual ou superior à média do estado.

Observa-se ainda na Tabela 7 que no ano de 2000, o índice IDH estadual chegou a 0,512 passando então de “muito baixo” para “baixo”. Assim em 10 anos o estado já conseguiu mudar de classe, porém observa-se que a maioria dos municípios da área de abrangência da Suzano (Extremo Sul da Bahia) ainda permaneceu na classe de IDH “muito baixo”. Apenas os municípios de Mucuri e de Teixeira de Freitas que alcançaram a classe de IDH “baixo”. Vale a pena ressaltar que estes municípios apresentaram valores de IDH próximos dos valores de mudança de classe (0,500) conforme Figura 1.

Tabela 7 – IDH – Municipal e Estadual – Evolução dos municípios – 1991 a 2010

Índice	1991	2000	Variação %	2000	2010	Variação %
Bahia	0,386	0,512	32,6% ↑	0,512	0,660	28,9% ↑
IDHM MÉDIO	0,322	0,490	52,1% ↑	0,490	0,639	30,5% ↑
Alcobaça	0,272	0,453	66,5% ↑	0,453	0,608	34,2% ↑
Caravelas	0,271	0,473	74,5% ↑	0,473	0,616	30,2% ↑
Ibirapuã	0,358	0,488	36,3% ↑	0,488	0,614	25,8% ↑
Lajedão	0,382	0,496	29,8% ↑	0,496	0,632	27,4% ↑
Mucuri	0,275	0,525	90,9% ↑	0,525	0,665	26,7% ↑
Nova Viçosa	0,318	0,455	43,1% ↑	0,455	0,654	43,7% ↑
Teixeira Freitas	0,378	0,539	42,6% ↑	0,539	0,685	27,1% ↑

Fonte: Adaptada do PNUD (2014).

Observa-se ainda na Tabela 7 que o IDH médio estadual, neste período, cresceu 32,6% enquanto que o IDH médio da região de estudo foi de 52,1%, no entanto, verificam-se municípios com crescimento de até 90,9% em relação ao ano de 1991.

Ainda analisando os dados da Tabela 7, o contexto mostra que entre os anos de 2000 a 2010, o índice IDHM saiu de 0,490 atingindo 0,639 passando então de “muito baixo” para “médio”. Assim em 10 anos o município alterou sua classe em 2 faixas no desenvolvimento humano na região através da classificação PNUD.

Apesar do cenário inicial nada animador no ano de 1991, a Tabela 7 demonstra que os índices ao longo dos últimos anos apresentaram acentuada evolução, atingindo crescimento de 28,9% no IDH estadual e 30,5% no IDHM entre os anos de 2000 e 2010. Conforme demonstrado no crescimento dos índices do IDHM, podemos inferir que a implantação do complexo de celulose e papel no ano de 1992 na região, foi um fator de forte relevância no avanço do desenvolvimento local através da geração de empregos, melhora na qualidade da saúde pública e avanço na rede educacional do ensino básico até o universitário, que certamente possuem ligação com a implantação dos programas sociais da empresa na região.

4.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES ASSISTIDAS PELA SUZANO PAPEL E CELULOSE

Como pode ser observada na Tabela 8, a variável “Grau de Instrução do entrevistado” atinge índice secundário, classificando-se como “baixo”, onde 13 pessoas (45%) entrevistadas possuem ensino fundamental completo ou incompleto. Destaca-se também na pesquisa, que 9 pessoas (31%) estão dentro do índice terciário (médio) demonstrando um equilíbrio na escolaridade. Apesar do cenário apresentar condições de crescimento no grau de instrução dos entrevistados, a Tabela possui 7 pessoas (24%) entrevistadas com grau de instrução primário (muito baixo). Este Quadro se explica por serem as entrevistadas pessoas com idade entre 48 a 70 anos que não frequentaram a escola para se dedicarem ao trabalho no campo.

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Social das Comunidades assistidas pela Suzano Papel e Celulose

Índice	Primário	Secundário	Terciário	Quaternário
Grau de Instrução do entrevistado	7	13	9	0
Grau de Instrução dos filhos	5	11	11	2
Renda Familiar:	1	19	9	0
Principais Fontes de Renda da Família	0	0	0	29
Estrutura da Moradia Familiar	2	1	1	25
Composição Material da Casa	0	0	29	0
Saneamento Básico	1	28	0	0
Meios de Transporte	0	2	12	15
Meios de Informações Acessíveis	1	0	27	1
Comercialização da Produção	0	12	12	5
Área para Geração de Renda	1	15	4	9

Na análise do “Grau de Instrução dos filhos”, o índice está entre secundário e terciário, classificando-se como “baixo e médio”, estabelecendo crescimento no nível de instrução dos filhos, onde 76% dos entrevistados (22) possuem filhos com ensino fundamental e médio completo ou incompleto. Neste contexto, a Tabela 8 apresenta índice primário (muito baixo) para 5 famílias (17%), que possuem crianças com idade abaixo do permitido para frequentarem a escola.

Na mesma Tabela 8, a variável “renda familiar” está classificada como índice secundário, classificando-se como “baixo”, estabelecendo que 19 entrevistados (65%) conseguem renda extra de 01 salário, e que 100% dos entrevistados (29) possuem como “principal fonte de renda familiar” (índice quaternário) a participação nos projetos sociais desenvolvidos pela empresa, obtendo classificação “alta”.

A mensuração para “a estrutura da moradia familiar” e a “composição material da casa” (Tabela 8) consolidaram-se através do índice quaternário e terciário, obtendo classificação “alta e média”, atingindo 86% (25) e 100% (29) das famílias, onde a casa própria e de alvenaria consolidou-se como uma melhora substancial na qualidade de vida das famílias, fortalecendo-se pelo alcance de status para a composição material das casas possibilitando que as famílias tenham dentro dessas

estruturas três ou mais itens como: computador, televisão / DVD, geladeira / Freezer, fogão a gás, celular, etc.

Para o indicador de saneamento básico, o índice alcançado foi o secundário, obtendo classificação “baixa”, com 96% (28) das famílias vivendo em condições com energia elétrica, esgoto sanitário para fossa e ruas sem pavimentação. Na avaliação da dimensão dos meios de transportes o índice atingiu o status de “quaternário”, obtendo classificação “alta”, refletido em 52% (15) das famílias; Constatou-se ainda que a melhora no poder aquisitivo tem possibilitado que a maioria das comunidades utilizem ou tenham como meio de locomoção principal, carro próprio, taxi ou moto. Também na mesma variável, no índice terciário, 41% (12) das famílias utilizam a transporte público, mototaxi ou lotação.

A pesquisa da Tabela 8 mostra índice terciário para os meios de informações acessíveis, obtendo classificação “alta”. O cenário permite identificar que 93% (27) das famílias possuem como principal fonte de conhecimento das informações a televisão. “No campo da comercialização da produção o índice está entre secundário e terciário”, obtendo respectivamente, classificação “baixa e média”, onde 82% (44) das famílias vendem sua produção tanto em feiras/ruas ou para intermediário/atravessador.

No cenário da área para a geração da renda, a pesquisa mostra índice secundário, obtendo classificação “baixa”, onde 52% (15) das famílias trabalham em áreas coletivas cedidas pela empresa ou instituições. Como complemento desta mesma variável, o índice quaternário demonstra que 31% (9) das famílias trabalham em áreas próprias igual a 1 hectare ou maior que 2 hectares, e dependendo do tamanho da área, procedendo até a contratação de mão de obra externa para suporte em tempos da colheita ou plantação.

De acordo com os resultados do contexto apresentado, apenas 3 itens (27%) atingiram nível de índice quaternário (alto); quatro itens (36%) atingiram nível de índice terciário (médio) potencializando um cenário de melhorias, enquanto os

quatro itens (36%) restantes da Tabela 8 evidenciaram índice secundário (baixo), estando abaixo do perfil desejado.

O cenário ganharia um novo perfil, se existissem políticas públicas efetivas e incentivos fiscais em parceria com o setor privado, a serem desenvolvidas e monitoradas na região, através da implantação zonas de desenvolvimento rural aliada aos trabalhos de responsabilidade social em desenvolvimento pela empresa e possibilitando o crescimento das comunidades locais através da diversificação das atividades agropecuária, geração de empregos, criação de cooperativas e a volta da cultura rural de sustentabilidade local que fortalecesse a permanência do homem no campo.

Os resultados obtidos na Tabela 8 do IDSC demonstram que os projetos de responsabilidade social da Suzano Papel e Celulose têm contribuído com o aumento do IDHM na região do Extremo Sul da Bahia. Os estudos identificaram que a variável “educação” nas comunidades, nos indicadores “Grau de Instrução do entrevistado e Grau de Instrução dos filhos” está em processo de evolução atingindo índice entre “baixo e médio”. Outro ponto que reforça esta contribuição no crescimento e evolução do índice da educação das comunidades são os indicadores do IDEB (Tabela 5), que apresenta índices de avanço na educação dos municípios, onde os programas da empresa atingem melhora e adequação da infraestrutura de escolas públicas municipais, refletindo-se em benefícios para milhares de alunos.

Em relação à variável “renda”, os indicadores “Principais Fontes de Renda da Família, Estrutura da Moradia Familiar, Composição Material da Casa, Meios de Transporte, Meios de Informações Acessíveis, Comercialização da Produção e Área para Geração de Renda” apresentaram índices “baixo, médio e alto”. Traçando-se uma analogia sobre os índices alcançados, denota-se que o poder aquisitivo das comunidades tem aumentado gradativamente ao longo da implantação dos projetos de geração de renda desenvolvidos pela empresa, o que tem possibilitado uma renda extra entre 1 a 2 salários mínimos mensais às famílias.

Embora o índice médio do IDHM (Tabela 7) tenha mostrado crescimento com valores de 0,322 (1991) e 0,639 (2010) neste período, e alteração de faixa de medidas do desenvolvimento humano municipal (PNUD) de “muito baixo para médio”, a Tabela 8 mostra que o indicador de saneamento básico nas comunidades está classificado como índice “baixo”. Diante dos fatos, infere-se que este resultado pode estar diretamente ligado ao fato de não haver política de saneamento básico dentro do portfólio dos projetos de reponsabilidade social praticados pela empresa, o que se infere que esteja contribuindo para o índice obtido na Tabela 8 nesta variável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O estudo de caso apresentado possibilitou identificar a aplicação dos projetos socioambientais da empresa na região do extremo sul da Bahia e sua relação com os stakeholders numa nova mentalidade, metodologia de aproximação e conhecimento das necessidades das comunidades que estão dentro da sua área de atuação, visando melhorar seu grau de desenvolvimento socioeconômico.

Os dados obtidos demonstram que é necessário a constante e contínua mudança de hábitos, de padrões e de políticas para que se avance na prática da responsabilidade social. O papel social desempenhado pela empresa tem importância fundamental no desenvolvimento das comunidades e no auxílio ao governo e ONGs visando uma sustentabilidade com comprometimento de todas as partes envolvidas.

No decorrer dos anos é notória a mudança do perfil da empresa no tocante à prática da responsabilidade social. Sua vantagem competitiva não se resume mais em ter um produto de alta qualidade e performance; sua vantagem competitiva constitui-se pela idoneidade da imagem no mercado mundial, onde seu relacionamento com os stakeholders atinge um grau de importância crucial e determinante para os planos atuais e futuros.

O balanço das atividades desempenhadas pela empresa, baseadas na análise de dados da pesquisa, permitiu desenvolver as seguintes análises para as considerações finais:

A Política de Responsabilidade Corporativa praticada pela empresa representam compromisso e comprometimento com suas atividades produtivas através do efetivo avanço no monitoramento da sua cadeia produtiva, e sua preocupação é a prática do desenvolvimento sustentável através de atualização constante de suas diretrizes.

A implantação das normas “ISO”, normas de segurança industrial, norma de manejo, normas de pegada de carbono e auditorias internas estabelecem um ciclo de sustentabilidade de forma interna e externa através de procedimentos existentes na empresa no mapeamento preventivo e/ou antecipatório de possíveis desvios, porém em função da responsabilidade social ser uma prática dinâmica, é necessário fortalecer mais ainda a estrutura organizacional socioambiental no assistencialismo às comunidades visando mitigar/eliminar possíveis lacunas que ocorram a cada ciclo anual.

A implementação de ferramentas de monitoramento e assistencialismo e políticas públicas aliadas ao suporte do setor privado denota-se como um divisor no fortalecimento de conquistas para o crescimento de comunidades menos favorecidas que, normalmente, estão localizadas em locais de difícil acesso e pouco conhecido. A mensuração do crescimento e/ou desenvolvimento dessas comunidades precisa mais do que uma simples ferramenta que estude seus passos e ações; necessita de fundamentos e métodos que interajam no cerne da comunidade visando cadastrar informações de hábitos e costumes, visando conhecer suas deficiências em termos de infraestrutura afim de planejar ações efetivas através de índice anual de avaliação do desenvolvimento das comunidades que deverá ser confrontado com a meta anual que cada comunidade deverá atingir ao final de cada ciclo, potencializando novas estratégias para os desvios ocorridos na área de renda, educação e saúde , e mantendo as estruturas para o planejamento que gerou resultados positivos.

O mapeamento e avaliação dos Indicadores Ethos configurou-se como uma variável de referência interna e externa para a empresa avaliar suas ações da responsabilidade social em favor do desenvolvimento sustentável através do comparativo com as dez melhores empresas de benchmark no setor de celulose e papel, mesmo ramo de atuação, e com as dez melhores empresas de benchmark no mercado nos diferentes segmentos produtivos, porém, não serve como variável que determine o índice de desenvolvimento das comunidades sob a área de atuação da empresa.

O relatório consolidado pelos indicadores Ethos, por sua concepção em seu diagnóstico, por ser voluntário, não apresenta plano de ação para o compromisso da empresa em ter indicadores locais que mensurem anualmente o desenvolvimento das comunidades. Atualmente os mecanismos utilizados pelas empresas para monitorarem o desenvolvimento local está estruturado em procedimentos e diretrizes internos adotados no planejamento de verba anual que será aplicado nas comunidades. A implantação de indicadores sociais locais confiáveis já praticados com sucesso em outras empresas tornar-se-ia num mecanismo preciso e referência a ser seguida visando o desenvolvimento local com efetivo resultado de crescimento e satisfação das comunidades assistidas estabelecendo o desenvolvimento de políticas socioambientais mais assertiva e com maior credibilidade.

A relação do desenvolvimento socioeconômico em parceria com os projetos de responsabilidade social tornam-se importantes para a mensuração do IDHM. Esta relação é importante para potencializar o desenvolvimento das cidades em seus aspectos econômicos e sociais, e apesar de serem utilizados pelo poder público como importante fonte de mapeamento dessas condições, precisa ser aproveitada como ferramenta para se inserir nas comunidades locais como plano de desenvolvimento integrado em parceria com as instituições privadas visando o crescimento local das comunidades menos favorecidas.

É preciso pontuar que o difícil acesso a essas comunidades distantes da área urbana necessitam mais do que um simples projeto de indicadores geral para se mensurar seu perfil; é primordial criar subsídios tributários ou vantagens sociais visando a adesão de empresas regionais na busca da prática da responsabilidade social local e uma sociedade mais equilibrada.

Não se pode afirmar como os projetos de responsabilidade social da empresa contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais em decorrência de não existirem mecanismos oficiais com indicadores sociais locais que determinem esse avanço nos índices do IDHM nas cidades sob a área de atuação da Suzano Papel e Celulose. Contudo, é visível o grau de crescimento e desenvolvimento

socioeconômico da região do extremo sul da Bahia nos índices do IDHM após a chegada da empresa na região.

As visitas nas comunidades revelaram que ainda há muito que caminhar, pois a visão dos projetos praticados é de médio e longo prazo, porém, é compatível com os resultados de crescimento do IDHM na área de renda e educação em relação aos resultados da Tabela 8, contudo diverge em relação às melhoras na área de saúde onde o saneamento básico ainda se ressentem de políticas e projetos públicos e privados para melhorar as condições atuais das comunidades.

Toda esforço empreendido para o desenvolvimento da responsabilidade social depende da formação de uma cultura nas comunidades, onde todo sucesso dos projetos dependerá única e exclusivamente deles como atores principais nessa parceria.

A recomendação para trabalhos futuros se projeta nas seguintes premissas.

Verificar se o projeto de responsabilidade social da empresa evoluiu nos próximos 3 a 4 anos, de forma que sua estrutura contemple índice de desenvolvimento local baseado em resultados positivos e com a participação dos parceiros e fornecedores com objetiva participação local onde o atingimento das metas reflitam na sua performance contratual como requisito para a participação de novo processo de licitação na empresa.

Estabelecer um cenário comparativo da sustentabilidade praticada pela empresa que permita constatar através de resultados se as práticas desenvolvidas não alternam entre responsabilidade social e filantropia.

No setor produtivo, onde se reflete a imagem da empresa, verificar se os indicadores de responsabilidade social mostram o contínuo comprometimento da empresa com um desenvolvimento sustentável e o estreitamento das relações com as comunidades sob a área de atuação.

Avaliar se os stakeholders estão contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais através de ações positivas que consolidem uma parceria de valores positivos com a empresa na busca do crescimento e desenvolvimento local, através da capacidade e influência que possuem.

Destacar qual a importância e a participação do governo em parceria com a empresa para o crescimento das comunidades locais estabelecidas nas regiões extremas dos municípios, e como isso reflete no IDHM e no índice de desenvolvimento local, caso exista oficialmente.

Recomenda-se uma análise do crescimento ou não da responsabilidade social como um instrumento estruturado de contribuição para o fortalecimento das instituições e como ferramenta consolidada de suporte para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

A constatação da existência do IDSC (Índice de Desenvolvimento Social das Comunidades) através de órgãos oficiais ou pela empresa, de forma que permita utilizar uma Tabela oficial ou outra ferramenta que tenha variáveis com peso definido para indicar como está ocorrendo o desenvolvimento das comunidades assistidas.

Criação de políticas e projetos de desenvolvimento nas comunidades na área da saúde visando melhorar as condições de saneamento básico, visto que as condições atuais apresentam índice secundário, com status “baixo”. A Manutenção e crescimento das políticas e projetos para as áreas de renda e educação, tendo em face o avanço no poder aquisitivo das famílias e o aumento no grau da escolaridade nas comunidades conforme descrito na Tabela em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Diretrizes sobre responsabilidade social**. NBR ISO ISO14001:2004. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 04 set. 2014.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Manejo florestal - Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. **NBR 14789:2007**. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001587.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2014.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Diretrizes sobre responsabilidade social. **NBR ISO9001:2008**. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br/PROFESSORES/antonioclodoaldo/11%20ISO/NORMA%20ABNT%20NBR%20ISO%209001.2008.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2014.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Diretrizes sobre responsabilidade social. **NBR ISO 26000:2010**. p.110. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2014.
- ABRAF. Associação Brasileira dos Produtores de Floresta Plantada. **Anuário Estatístico ABRAF 2006**: Ano Base 2005. Disponível em: <<http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2006.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.
- ABRAF. Associação Brasileira dos Produtores de Floresta Plantada. **Anuário Estatístico ABRAF 2013**: Ano Base 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3910>>. Acesso em 01 ago. 2014.
- AGUILAR-PLATAS, A.; RAUFFLET, E. **Desvio positivo e responsabilidade social empresarial (RSE)**: A experiência do Ethos no Brasil. Innovar [online]. 2010, vol.20, n.37, pp. 21-32.
- ALMEIDA, T. M. de; et. al. **Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (2): 5-18, dez. 2008. Acesso em 28 out. 2014.
- AMORIM, D. A. L. A. **Pegada de Carbono de uma Empresa Produtora de Eletricidade de Fontes Renováveis**. 80F. Tese (Mestrado em Engenharia Mecânica), FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.
- ARAÚJO, R. T. **Alternativas sustentáveis de uso da madeira na construção civil**. Especialize IPOG. Revista On Line. p. 1-15, 2013.
- ASHLEY, P. A. **Ética e reponsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002. 205p.

BAIARDI, A.; et. al. **Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia**. 2011.

Relatório Executivo – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos/Secretaria de Meio Ambiente da Bahia. Disponível em:

http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/aaeextremosul/aae_sumario_executivo.pdf.

Acesso em 07 mai. 2014

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. **Panorama Setorial: Setor Florestal, celulose e Papel**. Disponível em:

<<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BRANCO, S. M. **O Meio Ambiente em Debate**. 3. ed. Edição reformulada, 45ª impressão. São Paulo: Moderna, 2004. 127p.

CAJAZEIRAS, J.E.R.; BARBIERI, J.C.; SILVA, D. **Estudo da sustentabilidade regional da produção industrial de eucalipto e seus impactos em sua região de influência**. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, v.1, n.2, p.18-33, 2007.

CAR. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – **Política de desenvolvimento para o extremo sul da Bahia**. Salvador; 1994. 142p.

DIAS, R. Gestão ambiental. **Responsabilidade social e sustentabilidade**. 1ªed. 7ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. 232p.

DRUNN, K. C.; GARCIA, H. M.; PEIXOTO, F.; **Desenvolvimento sustentável e gestão Ambiental nas organizações**. Publicação científica da Faculdade de Ciências Sociais aplicadas do Vale de São Lourenço-Jaciara/MT. Ano IV, Número 06, p.1-11, novembro de 2011.

FISCHER. A. **O fomento na indústria de base florestal**. Informe Gepec, Toledo, v. 13, n. 2, p. 6-19, jul./dez. 2009.

FREIRE, R.; et. al. **Responsabilidade social corporativa: evolução da produção científica**. IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras Niterói, RJ, Brasil, p.1-21, 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2008.

FSC. **Forest Stewardship Council. Avaliação de plantações florestais na República Federativa do Brasil: Padrão Harmonizado entre as Certificadoras**. FSC-STD-BRA-01-2014. Disponível em: <<http://br.fsc.org/download.fsc-std-bra-01-2014-v1-0-pt-padro-harmonizado>>. Acesso em: 02 set. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GORDONO, F. R.; et. al. **Implantação da OHSAS18001: Um estudo de caso em uma empresa construtora da cidade de Bauru, SP**. VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, p.1-28, 8 e 9 de junho de 2012.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M.; **IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 7, n. 1 / p.73-90, MAIO 2005.

HOLLIDAY JR., C.; SCHMIDHEINY, S.; WATTS, P. **Cumprindo o prometido: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 405p.

IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/105-bahia/ideb>>. Acesso em 05 fev. 2015.

INSTITUTO ETHOS. **Alinhando a responsabilidade corporativa às estratégias de competitividade nacional e dos negócios**. São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-d6eReflexao14.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. 2ª geração de indicadores Ethos (2006 a 2013). (Relatório interno – Dado não publicado). São Paulo, 2013.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo, Instituto Ethos: 2007. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf>. Acesso em: 05 Abr. 2014.

ISO TS 14067. **Greenhouse gases**. Carbon footprint of products. 2013. Requirements and guidelines for quantification and communication. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/catalogue_detail?csnumber=59521>. Acesso em: 05 Set. 2014.

KAPAZ, E. **O que é Responsabilidade Social**. Revista FAE BUSINESS número 9, p. 8-10, Setembro, 2004. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/01_rs.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2014.

KARKOTLI, G. **Responsabilidade social empresarial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 160p.

KARKOTLI, G. R; ARAGÃO, S. D. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 141p.

KRIGSNER, M. **O que é Responsabilidade Social**. Revista FAE BUSINESS número 9, p. 8-10, Setembro, 2004. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/01_rs.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2014.

LAGES, R. T. S.; FRANÇA. S. L. B.; **Ações necessárias para adequações da nova norma NBR ISO 9001:2008**. V Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade. Niterói, RJ, Brasil, p.13-31, 2, 3 e 4 de julho de 2009.

LIMA, S. C. S. **Vantagens e desvantagens das práticas da responsabilidade sócio ambiental para o banco do Brasil.** Trabalho de conclusão do curso de especialização em gestão de negócios financeiros. UFRS, 2009. 79p.

MACHADO, D. Q. et. al. **Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa:** Um estudo da produção científica brasileira. Revista Brasileira de Administração Científica, Aquidabã, v.3, n.3, p. 1-18, Jul, Ago, Set, Out, Nov, Dez 2012.

MCINTOSH, M. et al. **Cidadania corporativa:** estratégias bem sucedidas para empresas responsáveis. Tradução de Bazan Tecnologia e Linguística. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 376p.

MELO NETO, F. P.; BRENNAND, J. M. **Empresas socialmente sustentáveis:** o novo desafio da gestão moderna. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. 167 p.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 188 p.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **O bem feito:** os desafios da gestão de responsabilidade socioambiental sustentável corporativa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. 188p.

NARDELLI, A. M. B. **Sistemas de certificação e visão de sustentabilidade no setor florestal brasileiro.** 2001. 136F. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 136p. 2001.

OHSAS 18001 – **Occupational health and safety management systems:** requirements. London, 2007. Disponível em: <<http://gri.cosco.com/ccms/uploadfiles/File/OHSAS%2018001%20-%202007->DNV.pdf>>. Acesso em 04 set. 2014.

OLIVEIRA, K. L. **O avanço do eucalipto no território do extremo sul da Bahia:** recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural Salvador, 2008. 153 p. (Tese de mestrado em Economia). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8919/1/Karina%2520Lima%2520Oliveiraseg.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014

OLIVEIRA, O. J.; OLIVEIRA, A. B; ALMEIDA, R. A.; **Diretrizes para implantação de sistemas de segurança e saúde do trabalho em empresas produtoras de baterias automotivas.** Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 2, p. 407-419, 2010.

OLIVEIRA, O. J.; SERRA, J. R.; **Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo.** 2010. Produção, v. 20, n. 3, p. 429-438, jul./set. 2010.

PEDREIRA, M. S. **Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural:** o caso da Região Extremo Sul baiano. Bahia análise e dados. Salvador, v.13, n.4, p.1005-1018, mar 2004.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Série atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. 1-51p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJÚ. Lei nº. 583/2001. **Dispõe sobre medidas de preservação ambiental e plantio ou replantio de florestas para fins industriais no município de Itamarajú**, Bahia. p. 1-3. Câmara municipal de Itamarajú, Bahia. 2001.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. Revista espaço acadêmico, São Paulo, n. 30, p. 25-31, nov. 2003.

REYNAUD, J. M. **As implicações dos programas de responsabilidade Social da empresa suzano papel e celulose no Idh-m da sua região de influência no estado da Bahia – Brasil**. 2007. 109p. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90345/241313.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 nov. 2014.

RICO, E. M. **A responsabilidade social empresarial e o estado**. Uma aliança para o desenvolvimento sustentável. São Paulo em perspectiva, v.18, n.4, p. 73-82, out./dez 2004.

REIS, C. N. dos.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007. 185p.

Revista ISTOÉ DINHEIRO, Nº 764, p. 65-89 junho 2012. **As 50 empresas do bem**. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20120601/empresas-bem/81472.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2014.

SANT'ANNA, A. G.; LEONEL, M.S. **Desenvolvimento regional: a opção pelo eucalipto no extremo sul da Bahia**. Revista Mosaicum, Teixeira de Freitas, v.1, n.2, p. 9-23, 2005.

SANTOS, J. S. B.; **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (2006 a 2013)**. Publicação eletrônica. Mensagem recebida por dnsantana@suzano.com.br em 08/09/2014.

SCHOEDER, J. T.; SCHROEDER, I. **Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades**. RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, Art. 1, p.1-10, jan./jun. 2004.

SILVA, R. V. A. S.; MOURA, L. S.; ROSS, S. D. **Reflexões sobre a Qualidade de Vida dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro e suas Potenciais Implicações para a Formulação de Políticas Públicas: XXXV encontro ANPAD**, p.1-17, Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

SOARES, G. M. P. **Responsabilidade social corporativa: por uma boa Causa!** Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. RAE-eletrônica, v. 3, n. 2, p.1-15, Art. 23, jul./dez. 2004.

SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL. NORMA INTERNACIONAL. **Responsabilidade social 8000:2001**. Disponível em: <http://www.sa-intl.org/_data/n_0001/resources/live/2008StdPortugese.pdf>. Acesso em: 08 Ago. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Dez anos de economia baiana**. Salvador, 2002. 280p.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Relatório de sustentabilidade Socioambiental 2011**. (Relatório interno – Dado não publicado).

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Relatório de sustentabilidade 2012**. Disponível em: < <http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/relatorio-de-sustentabilidade.htm> >. Acesso em: 23 Dez. 2014.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Cadastro florestal: Uso do solo**. (Relatório interno – Dado não publicado). Bahia, 2014.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Resultados Ethos 2009**. (Relatório interno – Dado não publicado). Bahia, 2014.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Relatório SocioAmbiental: Programas Socioambientais**. (Relatório interno – Dado não publicado). Bahia, 2014.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002. 381p.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 6. ed. Revisada e ampliada – 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. 442 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora et. al. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 102 p. (Cadernos de Estudos; 9)

VALVERDE, S. R. **Elementos de gestão ambiental empresarial**. Viçosa: ed. UFV, 2005. 127p.

ZARPELON, M. I. **Gestão e responsabilidade social: NBR 16.001/AS 8.000: implantação e prática.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 144p.

ANEXO A. Questionário para os indicadores Ethos de Responsabilidade Social

Valores, Transparência e Governança

AUTO-REGULAÇÃO DA CONDUTA*

Indicador 1 – Compromissos Éticos

Com relação à adoção e abrangência de valores e princípios éticos:

<p>Os valores da organização estão formalizados em uma carta de princípios, mas pouco incorporados aos processos de trabalho e às atitudes/comportamento das pessoas.</p>	<p>Os valores e princípios da organização existem em documento formal, que conta com processo de difusão sistemático, com foco no público interno, sob responsabilidade de pessoa ou área responsável.</p>	<p>A organização possui um código de conduta (em português e adaptado ao contexto local, no caso de multinacionais) e mantém um programa de orientação e treinamento para os empregados de todos os níveis hierárquicos a fim de garantir que seus valores e princípios estejam incorporados aos processos de trabalho e às atitudes/comportamento das pessoas. Tais ações estão formalmente a cargo de uma pessoa ou área responsável.</p>	<p>Além disso, o código de conduta da organização prevê a participação das principais partes interessadas em sua revisão e é submetido a controle e auditoria periódicos. A responsabilidade dessas ações está formalmente a cargo de uma equipe multidisciplinar.</p>
ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	ESTÁGIO 4
<input type="checkbox"/> Não vemos aplicação disso em nossa empresa (Justifique). <input type="checkbox"/> Não havíamos tratado antes desse assunto.			

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A empresa:	SIM	NÃO
1.1. expõe publicamente seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela internet ou de outra maneira adequada às suas partes interessadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O código de conduta e/ou a declaração de valores da organização		
1.2. contemplam as seguintes partes interessadas: empregados, fornecedores, meio ambiente, consumidores/clientes, comunidade, governo e acionistas minoritários.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3. proíbem expressamente a utilização de práticas ilegais (como suborno, corrupção, extorsão, propina e caixa dois) para obtenção de vantagens comerciais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4. são explícitos quanto ao compromisso de ética na gestão das informações privilegiadas ou de caráter privado obtidas durante os processos da empresa em sua interação com seus diversos públicos (clientes, empregados, fornecedores etc.).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5. são explícitos quanto ao compromisso de transparência e veracidade das informações prestadas a todas as partes interessadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O código de conduta e/ou a declaração de valores da organização cobrem assuntos como:		
1.6. cumprimento das leis e pagamento de tributos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7. concessão, pagamentos ou recebimentos questionáveis;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8. regras explícitas no relacionamento com agentes públicos;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9. conflito de interesses;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10. doações;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.11. corrupção ativa e passiva;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.12. improbidade administrativa;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.13. fraude em concorrência pública;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.14. limites das atividades e contribuições políticas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.15. relações com a comunidade;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.16. nepotismo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.17. prevenção e tratamento de fraudes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO B. Questionário sobre o índice de desenvolvimento das comunidades assistidas pela Suzano Papel e Celulose

QUESTIONÁRIO IDSC				Data:
ASSOCIAÇÃO:			Comunidade:	
Dados Pessoais				
Nome:		Cidade de nascimento:		Data nascimento: ____/____/____
Sexo: () M () F				Idade:
Estado civil: () solteiro () casado () viuvo () divorciado () outros				
Número de filhos:		Número de pessoas que moram na casa:		Qntdde Analfabetos:
Endereço:		CPF:		
Bairro:		Cidade:		Estado:
1 - Grau de Instrução do entrevistado				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() não estudou	() fundamental completo () fundamental Incompleto	() médio completo () médio incompleto	() superior completo () superior incompleto	
2 - Grau de Instrução dos filhos				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() não estudou	() fundamental completo () fundamental Incompleto	() médio completo () médio incompleto	() superior completo () superior incompleto	
3 - Renda Familiar:				
Profissão:				
Carteira assinada: () não () sim. Qual empresa:			Desde quando:	
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Recebe auxílio do governo	() até 1 salário mínimo	() de 2 a 3 salários mínimos	() acima de 4 salários mínimos	
4 - Principais Fontes de Renda da Família				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Cesta básica () Bolsa Família	() Aposentadoria	() Trabalho assalariado () Outros. Quais:	() Agricultura/pecuária e afins	
5 - Estrutura da Moradia Familiar				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Aluguel () Cedida	() Própria / Estuque / Taipa	() Própria / Madeira	() Própria / Alvenaria () Outros. Quais:	
6 - Composição Material da Casa				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() fogão a lenha () outros. Quais:	() rádio () parabólica	() computador () televisão / DVD () geladeira / Freezer () fogão a gás () celular	() TV assinatura () outros. Quais:	
7 - Saneamento Básico				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Fossa () Água de poço () Ruas sem Pavimentação	() Esgoto Sanitário p/ fossa () Água tratada / Energia () Ruas de 0 a 30 % Pavimentadas	() Esgoto Tratado () Água Tratada / Energia () Ruas de 31 a 60% Pavimentadas	() Esgoto Tratado () Água Tratada / Energia () Ruas Acima de 61% Pavimentadas	
8 - Meios de Transporte				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Carroça ou similar () Montaria	() Transporte Escolar () Bicicleta própria	() Transporte publico () Mototaxi () Lotação	() carro próprio () Taxi () Motocicleta própria	
9 - Meios de Informações Acessíveis				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Radio () outros.	() Revista () Jornal Impresso	() televisão	() e-mail () Internet	
10 - Comercialização da Produção				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Consumo Próprio	() Feira local () PNAE/ PAA	() Intermediário / Atravessador	() Empresas () Supermecado	
11 - Área para Geração de Renda				
Primário	Secundário	Terciário	Quaternário	
() Não possui área própria	() Trabalha na área coletiva	() Trabalha área própria () Contrata mão obra externa () Cria animais até 10 cabeças	() Trabalha em área própria acima 2 ha () Contrata mão obra externa () Cria animais acima 10 cabeças	
Assinatura do associado:				